



**Universidade Federal do  
Recôncavo da Bahia  
Centro de Artes, Humanidades  
e Letras  
Curso Superior de Tecnologia  
em Gestão Pública**



**HELENILSON SANTOS FERREIRA**

**Balbúrdia: o discurso dos tomadores de decisão da gestão de  
educação no Governo Bolsonaro**

Cachoeira  
2023

**HELENILSON SANTOS FERREIRA**

**Balbúrdia: o discurso dos tomadores de decisão da gestão de educação no Governo Bolsonaro**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão Pública.

Orientador: Prof(a). Dra. Lys Maria Vinhaes Dantas

Cachoeira  
2023

HELENILSON SANTOS FERREIRA

**Balbúrdia: discurso dos tomadores de decisão da gestão de Educação no governo  
Bolsonaro**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Tecnóloga em Gestão Pública.

Aprovada em 22 de maio de 2023

Documento assinado digitalmente  
 DANIELA ABREU MATOS  
Data: 22/05/2023 18:08:51-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

**Profa. Dra. Daniela Abreu Matos**  
Doutora em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Documento assinado digitalmente  
 NELSON EUGENIO PINHEIRO MONTENEGRO  
Data: 23/05/2023 12:45:40-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

**Prof. Dr. Nelson Eugênio Pinheiro Montenegro**  
Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Documento assinado digitalmente  
 LYS MARIA VINHAES DANTAS  
Data: 22/05/2023 16:09:57-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

**Profa. Dra. Lys Maria Vinhaes Dantas**  
Professora orientadora  
Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

FERREIRA, Helenilson Santos. **Balbúrdia**: o discurso dos tomadores de decisão da gestão de educação no Governo Bolsonaro. 67 páginas, 2023. Monografia – Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2023

## RESUMO

O presente trabalho se debruçou sobre a tarefa investigativa de identificar quais as representações sociais que os tomadores de decisão da gestão de educação no Governo Bolsonaro construíram a respeito do ensino superior, no intuito de colaborar com os estudos dos processos de políticas públicas a partir da importância do seu caráter ideacional. Para tanto, foi utilizada uma abordagem qualitativa tendo a análise documental como método central da pesquisa e enquanto técnica específica de coleta, produção e interpretações dos dados. A partir da definição de quem seriam os tomadores de decisão da gestão de educação do governo Bolsonaro a terem suas declarações públicas, - sejam eles o próprio ex-presidente Jair Bolsonaro e os ex-ministros da educação Ricardo Vélez Rodríguez, Abraham Weintraub e Milton Ribeiro, - foi realizada a busca no Jornal Folha de São Paulo em formato digital, para a edição impressa, no filtro de 01 de janeiro de 2019 a 31 de março de 2022. Após o tratamento dos dados o corpus da pesquisa foi definido. Para operacionalizar a investigação, foi elaborado um quadro de análise com as seguintes dimensões: 1) Autonomia Universitária; 2) Ideologias presentes nas Universidades; 3) Estudantes Universitários; 4) Perspectiva econômica sobre as Universidades Públicas; e 5) Estigma. O procedimento de análise de conteúdo levou à identificação de nove categoriais temáticas, cada uma delas vinculadas às dimensões acima apontadas. Como resultados principais, aponta-se que a grande representação social do governo Bolsonaro sobre as universidades públicas é a “balbúrdia”, reconhecendo-as como locais que têm a ideologia política partidária de esquerda, que é composta de estudantes acríticos e que não devem ter repasses financeiros do orçamento da União para o seu funcionamento. A análise tornou visível que as representações sociais da gestão Bolsonaro sobre as universidades públicas são permeadas de elementos antidemocráticos, de conservadorismo e do ataque à ciência.

**Palavras-chave:** Políticas Educacionais, Universidades Públicas, Balbúrdia.

## LISTA DE SIGLAS

ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade

ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CF – Constituição Federal

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

COVID – Coronavírus

EAD – Educação a distância

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FIES – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

PROUNI – Programa Universidade para Todos

REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

STF – Supremo Tribunal Federal

UAB – Universidade Aberto do Brasil

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFF – Universidade Federal Fluminense

UnB – Universidade de Brasília

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Modelo de Análise das Representações Sociais dos tomadores de decisão do Gov. Bolsonaro, voltada para a Gestão da Educação, sobre a Educação Superior .....	18
<b>Quadro 2</b> – Quantitativo de matérias por marcados combinados no Jornal Folha de São Paulo .....	21
<b>Quadro 3</b> – Corpus da pesquisa.....	23

## SUMÁRIO

Introdução.....	7
I. Fundamentação Teórica.....	10
1.1 Ensino Superior.....	10
1.2 Representações sociais.....	15
1.3 Modelo de Análise .....	17
II. Método.....	19
2.1 Os procedimentos da análise documental .....	19
2.2 O corpus analisado.....	22
III. As representações sociais sobre Educação Superior dos tomadores de decisão da gestão de Educação no governo Bolsonaro .....	29
3.1 Autonomia Universitária.....	30
3.2 Ideologias presentes na Universidade.....	32
3.3 Estudantes universitários .....	33
3.4 Perspectiva econômica sobre a universidade pública .....	35
3.5 Estigma .....	39
IV. Considerações Finais .....	42
Referências .....	45
Apêndice 1: Notícias veiculadas pela Folha de São Paulo com falas dos responsáveis da gestão da Educação no Governo Bolsonaro .....	49
Apêndice 2: Quadro 4 – Resultado da Análise de Conteúdo da Pesquisa.....	62

## **Introdução**

As universidades, em especial as universidades públicas, são espaços de produção de conhecimento do país, onde se constitui a produção científica no Brasil. O ensino superior público por muitos anos esteve restrito a uma elite econômica e ao estrato da população da classe média alta brasileira. No entanto, nas últimas décadas, o ensino superior público passou por uma forte expansão e uma necessária democratização dessa modalidade de ensino, o que resultou em uma mudança significativa do perfil dos alunos universitários. Hoje, segundo o IBGE, a população negra é a maioria dos matriculados nas instituições públicas brasileiras (IBGE, 2019).

A V pesquisa Nacional de perfil socioeconômicos e Cultural dos(as) Graduandos(as) da IFES-2018, realizada pela Andifes, demonstra de maneira substancial a importância das políticas públicas implementadas no ensino superior nas primeiras décadas da virada do século.

Conforme o relatório da referida pesquisa, foram criadas 18 novas Universidades Federais no período de 2005 a 2017, presentes em quatro das regiões do país. Houve também um aumento exponencial de novas universidades públicas localizadas no interior do país, com total de 52 até fevereiro de 2018. O perfil dos estudantes, de acordo com o último levantamento, demonstra que a maioria dos discentes é do sexo feminino (54,6%), a renda mensal familiar da maioria dos estudantes (70,2%) encontra-se na faixa de um salário mínimo e meio. Outro dado relevante é o percentual de cotistas, que salta de 3,1% em 2005 para 48,3% em 2018. (FONAPRACE, 2019)

Neste ponto, vale destacar que essa nova configuração é o resultado de importantes políticas públicas que ocorreram na virada do século. A criação de novas universidades públicas e a sua interiorização por meio de programas como REUNI e a implementação da política de cotas raciais e sociais apontaram para um novo perfil de alunos nesses espaços que por muitos anos foram restritos a uma pequena parcela da sociedade.

Entretanto, com a aprovação da Emenda Constitucional 95/2016, conhecida como teto de gastos, as políticas sociais foram fragilizadas, principalmente, no que se refere ao aporte de recursos financeiros para a manutenção e expansão para políticas públicas ofertadas para os cidadãos. Conseqüentemente, a política educacional foi afetada e, em específico, a política do ensino superior público ofertado pelas universidades públicas, com sua maior responsabilidade nas ações da União, o que resultou em diminuição significativa de verbas.

Perante uma crise econômica, um contexto político conturbado, os tensionamentos sobre diversos avanços sociais e direitos conquistados por minorias históricas, a culpabilização da classe política, deram lastro para o surgimento a uma alternativa potencial à extrema-direita, representada pelo candidato Jair Messias Bolsonaro, que logrou êxito nas eleições de 2018. O governo Bolsonaro assume a gestão pública do país em 2019, com uma visão de mundo, sistema de valores e crenças que, conseqüente, afetaram as políticas públicas, incluindo as políticas educacionais, especialmente, o ensino superior público.

O governo Bolsonaro foi um marco histórico e político na perspectiva democrática do país. A sua gestão foi marcada por desmontes de políticas públicas, que foram principalmente notadas durante a crise sanitária global decorrente da pandemia de COVID 19, com o presidente declaradamente negacionista e com discurso anticientificista.

Durante os quatro anos da gestão do Jair Bolsonaro à frente do poder executivo, as universidades públicas federais sofreram contingenciamentos de recursos públicos e acusações de promoverem “balburdia”.

Para fins deste trabalho de conclusão de curso, interessam-nos as ideias que instruíram a ação da gestão Bolsonaro frente ao ensino superior. Parte-se do pressuposto de que visão de mundo, valores e crenças, que dialogam com a Teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici, norteiam as tomadas de decisão, em inúmeros casos.

As representações sociais são interpretações da realidade por determinados grupos, pelo conhecimento do senso comum, as quais são expostas e reafirmadas no processo de interação e comunicação. Segundo Alexandre (2004, p. 130) “por intermédio do aporte teórico da representação social, torna-se possível penetrar no cotidiano dos indivíduos, considerando seus valores e identidades culturais”. Neste contexto, esse trabalho **investigou quais as representações sociais que os tomadores de decisão da gestão de educação do governo Bolsonaro construíram a respeito do ensino superior** ao longo dos três primeiros anos de governo.

Este estudo buscou fortalecer o papel político e social da universidade na sociedade atual, considerando que “a educação superior vem dando amplas demonstrações de sua importância para promover transformações na sociedade, por isso passou a fazer parte do rol de temas considerados prioritários e estratégicos para o futuro das nações” (RIBEIRO; MEDEIROS, 2020, p. 04).

Em tempos em que os princípios democráticos têm sido postos à prova e a ciência questionada, deslegitimada e desautorizada em sua função de explicação da realidade e de transformação da sociedade, espera-se que esta produção possa ter visibilizado alguns elementos ideológicos deste ataque às instituições de ensino superior pública, colaborando assim para a construção de estratégias de defesa da educação pública e da universidade como espaço de fortalecimento da democracia.

Ao pensar a formação do profissional de gestão pública e a contribuição deste trabalho para o Campo de Públicas, procurou evidenciar como as ideias e os valores afetam as políticas públicas e, de maneira geral, a gestão pública, ou seja, analisar como as visões ideológicas podem afetar as políticas públicas e, nesse sentido, a gestão pública. Toda a sociedade é afetada.

Trata-se aqui de uma pesquisa exploratória, de cunho qualitativo, que utilizou de fontes secundárias, quer sejam, as declarações dos tomadores de decisão da gestão da Educação no governo Bolsonaro quanto ao ensino superior público, reportadas pelo jornal Folha de São Paulo.

O trabalho de conclusão de curso é composto por 4 seções, além desta Introdução. Na primeira, é apresentado um panorama do ensino superior no Brasil na atualidade e se discutem elementos da Teoria das Representações Sociais, que nos permitem criar um modelo de análise. Em seguida, são discutidos os procedimentos metodológicos e outras características do método adotado. Por fim, são apresentados e analisados os resultados da pesquisa e as considerações finais.

## **I. Fundamentação Teórica**

Apresentam-se aqui os núcleos temáticos centrais que estruturam este trabalho de conclusão de curso, quais sejam: o ensino superior, as representações sociais e o quadro de análise adotado. Abaixo discorre-se sobre cada um deles através de uma revisão bibliográfica desses eixos temáticos que dão base teórica e lastro analítico à pesquisa desenvolvida.

### **1.1 Ensino Superior**

O Brasil, enquanto nação, tem grandes desafios postos. A educação sempre esteve apontada como um dos gargalos sociais a serem enfrentados no país. Referente a isso, basta averiguarmos que a universalização do ensino fundamental aconteceu, de fato, após a Constituição de 1988 (CF 88) e através da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9.394/96.

No que diz respeito ao ensino superior, podemos notar que o histórico deste nível de ensino no Brasil foi marcado por momentos distintos e com a criação da primeira universidade apenas na década de vinte do século XX. Anteriormente a isto, Martins (2002, p. 04) constata que

Até a proclamação da república em 1889, o ensino superior desenvolveu-se muito lentamente, seguia o modelo de formação dos profissionais liberais em faculdades isoladas, e visava assegurar um diploma profissional com direito a ocupar postos privilegiados em um mercado de trabalho restrito, além de garantir prestígio social.

Assim, durante no período monárquico de formação do estado brasileiro, não houve um investimento sistemático do desenvolvimento do ensino superior no país. Já quanto ao início do regime republicano no Brasil, Cunha (2000) indica a existência de um período de expansão do ensino superior, a partir da reforma de 1891, que facilitou o acesso a esta modalidade, incidindo sobre as condições de admissão e a multiplicação das faculdades. Para o autor, este período foi seguido por outro de contenção, por meio das reformas de 1911 e 1915, que introduziram os exames vestibulares; e a reforma de 1925, que limitou o número de vagas por curso (CUNHA, 2000).

Martins (2002) observa que foi no período do governo provisório de Vargas que ocorreu a Reforma Francisco Campos, estabelecendo a estruturação das universidades. Em consonância a esta discussão, Salata (2018) aponta as condições histórico-sociais que possibilitaram o

aumento da oferta do ensino superior no Brasil, entre elas, sucessivas reformas institucionais que aconteceram a partir da década de 30, no período do governo de Getúlio Vargas.

É importante considerar que houve um longo percurso trilhado para chegarmos ao modelo de ensino superior adotado atualmente no país, que se encontra estabelecido na Carta Magna vigente: a atual Constituição Cidadã de 1988. Segundo Rosinke e colaboradores (2020, p. 05)

de Nilo Peçanha a Fernando Collor, foram reformuladas as estruturas educacionais, com o objetivo de formar um novo quadro de mão de obra para atender o desenvolvimento da tecnologia e o desenvolvimento econômico; porém, sempre atendendo a interesses mercadológicos.

Ao estudar sobre o processo de constituição da política de educação superior no Brasil, Senkevics (2021) aponta para dois ciclos de expansão, sendo o primeiro entre 1960 a 1980 e o segundo entre 1991 a 2020, de modo que estes períodos denotam as transformações sociais e econômicas vivenciadas pelo país. Ao mesmo tempo, Salata (2018) destaca duas características importantes do ensino superior brasileiro, a quais são a sua expansão tardia e a forte presença do setor privado. De maneira simultânea, Cunha (2000) identifica a privatização e a fragmentação institucional como elementos característicos de seu desenvolvimento.

Partindo da perspectiva de Senkevics (2021), o primeiro ciclo, que se iniciou na década de 1960, consolidou o sistema de ensino superior no país através da institucionalização da LDB de 1961, sendo este responsável por ampliar o quantitativo de pessoas aptas ao ingresso no ensino superior, ao igualar os diversos diplomas do ensino médio.

Tanto Senkevics (2021) quanto Cunha (2000) sinalizam que a estrutura do que conhecemos hoje do ensino superior vem do período que o país viveu um regime militar, implementando a Reforma Universitária de 1968. Dessa reforma, constitui-se a universidade como o espaço de ensino, pesquisa e extensão.

No entanto, em perspectiva sintética, Senkevics (2021) caracteriza o ensino superior brasileiro no início dos anos 1990, antes das transformações do segundo ciclo, como um sistema elitizado, direcionado para segmentos da população mais ricos, frequentados por brancos, de maioria do sexo feminino, ofertados em cursos presenciais por faculdades privadas, concentradas nas regiões Sul e Sudeste. Cabe destacar os dados socioeconômicos deste período que demonstram uma abissal diferença dos jovens que acessavam o ensino superior:

[...] enquanto 21% dos jovens do quinto com maior renda domiciliar per capita acessavam o ensino superior em 1993, entre os jovens dos dois quintos mais pobres,

somados, essa proporção não passava de 1%. Por consequência, três em cada quatro jovens que acessavam o nível superior naquele momento pertenciam ao segmento mais rico (SENKEVICS, 2021, p. 203).

Este autor também demarca as desigualdades de raça que perpassam o ensino superior neste período, com predomínio da população branca e, conseqüente, ausência dos pretos, pardos e indígenas. Demonstra também o elemento das desigualdades regionais que envolvem esta modalidade de ensino, com alta concentração regional de matrículas e instituições no Sul e Sudeste do país (SENKEVICS, 2021).

A partir de Cunha (2000), Salata (2018) e Senkevics (2021) é possível concluir que o ensino superior, desde o seu início até os primeiros anos da década de 90, foi se configurando como um espaço de prestígio e poder das elites do país. Isto é corroborado por Oliveira, Bezzera e Braga (2021, p. 373) ao apontarem que “[...] cursar o Ensino Superior, por muitos anos no Brasil, foi oportunidade tão somente das camadas dominantes”.

Nos anos 90, inicia-se de maneira consistente a nova onda de expansão do ensino superior no Brasil, de modo geral, sendo mais forte no setor privado. Romeo, Ferreira e Weber (2017) destacam que no período FHC houve considerável avanço dos números educacionais, em específico, referente ao quantitativo das faculdades privadas criadas. Em consonância, Salata (2018) aponta os anos 90, como um período importante de crescimento de matrículas no ensino superior no Brasil, com a forte presença do setor privado na modalidade de ensino.

Esta expansão do ensino superior na década de 90 teve como respaldo a CF 1988 que agregou várias demandas dos movimentos sociais, fortalecendo o direito à educação superior. De acordo com Saviani (2010, p. 10)

A Constituição de 1988 incorporou várias das reivindicações relativas ao ensino superior. Consagrou a autonomia universitária, estabeleceu a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, garantiu a gratuidade nos estabelecimentos oficiais, assegurou o ingresso por concurso público e o regime jurídico único.

Para Senkevics (2021) o segundo ciclo de expansão do ensino superior no Brasil é marcado por cinco tendências majoritárias, a saber: a democratização do acesso, a instituição de ações afirmativas, o desequilíbrio público-privado, a ampliação do ensino à distância e a estratificação horizontal. Estes elementos caracterizam a política de ensino superior a partir dos anos 90.

Nota-se que, dos anos 2000 em diante, as gestões do Governo Federal desenvolveram ações de investimento e expansão na política do ensino superior, com o aumento significativo

de vagas, por exemplo, tanto no âmbito público como privado, por meio de programas como o FIES, PROUNI, REUNI, da política de cotas no ensino superior, entre outras. Para Romeo, Ferreira e Weber (2017, p. 27-28) entre as ações que reconfiguram esta modalidade de ensino

[...] se destacam o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), em 2007, o Programa Universidade para Todos (PROUNI), em 2004, e o Financiamento Estudantil (FIES), criado em 1999 no governo FHC e ampliado no governo Lula, além da política de cotas, Lei nº 12.711/2012. Ao longo dos últimos anos, [...], também foi ampliado o ensino à distância (EAD), dentro do qual a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB) é um marco fundamental. Além disso, o programa Ciência Sem Fronteiras, criado em 2011, já no governo Dilma Rousseff, oportunizou com que muitos estudantes brasileiros, em nível de graduação e pós-graduação, fossem estudar no exterior.

Medeiros e Ribeiro (2020, p. 09) indicam ser a partir de 2003, que “O Governo [...] passa a adotar uma série de medidas, no sentido de buscar recuperar o papel protagonista do Estado como promotor de políticas para o setor educacional”. Já Rosinke e colaboradores (2020) apontam os governos Lula como o período de maior aporte de investimento na rede dos Institutos Federais. Estes autores discorrem ainda “que a oferta de cursos de educação superior pública presencial no país, entre os anos de 2008 e 2017, teve crescimento de 86,7%, correspondendo em números absolutos a 6.027 cursos ofertados em todas as unidades da Federação” (ROSINKE e col., 2020, p. 09).

Os investimentos realizados na política de ensino superior sugerem uma mudança de entendimento da política de educação que compreende a educação superior como um direito e não mais como um privilégio. É neste sentido que a “elevação da qualidade da oferta, [a] redução de disparidades de acesso, [a] garantia de permanência e conclusão, [a] adoção de ações afirmativas, entre outros, são temas que têm figurado no debate educacional das últimas três décadas” (SENKEVICS, 2021, p. 206)

A partir das primeiras décadas do presente século, inicia-se um processo de maior impacto para as universidades públicas. De modo geral, as políticas afirmativas começam a ser implementadas nas IES públicas. Este processo acaba resultando na Lei 12.711/2012, que estabelece que todas as instituições federais de ensino superior e ensino técnico de nível médio devem designar metade de suas vagas para egressos de escola pública, entre as quais 50% devem ser para pessoas de baixa renda. Nas vagas reservadas, também deve-se considerar cotas para candidatos pretos, pardos, indígenas (BRASIL, 2012).

Na especificidade do ensino superior público, o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais teve como questões centrais a diminuição da evasão e ampliação

de vagas, a oferta de cursos noturnos, além de políticas de inclusão e assistência estudantil. Referente a estas últimas, Senkevics (2021, p. 206) reflete que “[...] a recente expansão tem sido intermediada por uma gama de políticas inclusivas que deslocaram o debate em torno do direito à educação superior para outro patamar, agora atento à representatividade de segmentos específicos da sociedade”. Neste sentido, é oportuno reconhecer os investimentos das políticas públicas que visam a democratizar essa modalidade do ensino.

Um dado importante que é necessário mencionar é da pesquisa da ANDIFES que demonstra o perfil socioeconômico dos discentes das universidades federais no Brasil. Segundo esta pesquisa, 25% dos estudantes de famílias com renda per capita de meio salário mínimo. Já 50% são de famílias de um salário mínimo e meio (FONAPRACE, 2019).

Senkevics (2021, p. 1999) observa que “[...] a expansão sem precedentes de vagas e matrículas no ensino superior, em conjunto com a diversificação institucional da oferta e políticas inclusivas, levou à heterogeneização do público discente e uma crescente estratificação horizontal”. Por outro lado, Salata (2018) constata que apesar da importante mudança do perfil dos jovens que acessam as IES, a demarcação de classe e origem ainda é um fator importante para ingresso nestes espaços.

Em todo caso, cabe destacar que, a partir das políticas públicas de educação que visam a inclusão de parcelas maiores e representativas da sociedade no ensino superior, podemos notar uma atenuação das desigualdades persistentes na sociedade brasileira. Afinal, “[...] o processo de expansão do ensino superior, entremeado por políticas de inclusão, resultou na redução da magnitude dessa desigualdade, de tal maneira que se pode concluir que houve uma perda relativa de posições sociais ocupadas pelo segmento mais rico” (SENKEVICS, 2021, p. 209).

Em relação à gestão Bolsonaro, Amaral (2020, p. 128) afirma que “as Universidades Federais brasileiras [...] estão, desde a posse do Governo Bolsonaro em janeiro de 2019, sob um intenso ataque do grupo que assumiu a presidência da república”. Para comprovar esta afirmação, este autor analisa as informações divulgadas, após a posse do atual governo, e que começaram a se fazer presente nas mídias quanto ao volume financeiro elevado ao ensino superior; a não realização de pesquisa pelas Universidades Federais; a necessidade de investimento na educação básica, retirando dinheiro do ensino superior; entre outras (AMARAL, 2020).

Quanto à configuração do ensino superior na atualidade, foi possível identificar que “os ataques à educação do governo Jair Bolsonaro não o são à toa, fazem parte, também, de uma

política de governos de direita que beneficiam a elite e o mercado econômico, em detrimento da classe trabalhadora” (OLIVEIRA; BEZERRA; BRAGA, 2021, p. 371). O que parece que estava em jogo são as perspectivas ideológicas acerca desta modalidade de ensino e a quem ela se destina.

No intuito de desvelar mais nitidamente quais os elementos ideológicos que embasaram as ações da gestão Bolsonaro quanto às universidades públicas federais é que o trabalho propõe buscar identificar as representações sociais que os tomadores de decisão da gestão da Educação no governo em questão construíram acerca do ensino superior público.

## 1.2 Representações sociais

A tarefa de buscar identificar as representações sociais dos tomadores de decisão da gestão da Educação no governo Bolsonaro, quanto ao ensino superior público, teve o intuito de situar essa discussão entre as abordagens das políticas públicas, em específico, no que se refere ao papel das ideias no processo de produção das políticas. Segundo John (1999, p. 144 apud FARIA, 2003, p. 23)

As ideias podem ser definidas, por exemplo, como afirmação de valores, podem especificar relações causais, podem ser soluções para problemas públicos, símbolos e imagens que expressam identidades públicas e privadas, bem como concepções de mundo e ideologias [ou representações sociais].

Quando analisamos as políticas públicas e os atores envolvidos em seu processo, é importante considerar que “mais do que atores racionais perseguindo os seus interesses, é a interação de valores, normas e diferentes formas de conhecimento que caracteriza o processo das políticas” (FARIA, 2003, p. 23), ou seja, o papel das ideias é crucial para os rumos de cada política pública possa tomar. Neste sentido, analisar as representações sociais, enquanto valores compartilhados pelos atores que compunha o núcleo de decisão do Governo Bolsonaro sobre o ensino superior, permite compreender o processo de produção da política de educação nesta gestão, ou seja, colabora com os estudos dos processos de políticas públicas a partir da importância do seu caráter ideacional.

Segundo John (1999, p. 157 apud FARIA, 2003, p. 23) “as políticas são uma disputa entre formas de discurso que são baseadas na luta pelo poder e na busca de significado”. Cabe aqui, portanto, nos questionarmos: quais disputas estiveram em jogo e poderiam ser reveladas a partir da identificação das representações sociais do ensino superior presentes pelos atores

que tomavam as decisões a respeito da educação do Governo Bolsonaro? Se, conforme este autor, "os sistemas de ideias constroem os interesses dos tomadores de decisões" (JOHN, 1999, p. 157 apud FARIA, 2003, p. 23), entende-se aqui a importância das representações sociais do grupo que esteve responsável pelos processos decisórios, na gestão federal, para a política educacional brasileira.

Cumprir indicar também que "as ideias podem ser usadas pelos políticos não apenas para definir os outros, mas também a si mesmos" (FARIA, 2003, p. 25). Desta forma, as representações sociais do ensino superior público dos tomadores de decisão da gestão de educação no Bolsonaro não apenas apontam o que estes compreendiam desta modalidade de ensino, como também figuram como a ideologia política que guiou a gestão e definiu este governo.

É através da linguagem que os sujeitos sociais constroem o mundo, significam a realidade, elaboram esquemas conceituais e representam a realidade. Neste escopo, figuram a importância e influência do papel da linguagem na construção da representação social.

Segundo Moscovici (2001), é através da linguagem que pensamos. E a linguagem é a expressão das representações e da cultura. As representações estão presentes em todas as interações humanas. Pessoas e grupos criam representações ao longo do processo de comunicação que ocorre nas ruas, nos bares, nos escritórios, em qualquer ambiente em que as pessoas dialogam, comentam, julgam, emitem opiniões. Sendo criadas, as representações adquirem vida própria, circulam e ensejam o surgimento de novas representações. E passam a exercer influência decisiva sobre as relações sociais, sobre as escolhas e as ações das pessoas (SANTOS; CHAVES, 2007, p. 356).

Representação social é uma teoria sociopsicológica que tem como expoente Serge Moscovici. Para este autor, "[...] o estudo de como, e por que, as pessoas partilham o conhecimento e desse modo constituem sua realidade comum, de como eles transformam ideias em prática [...]" (MOSCOVICI, 1990a, p. 164 apud DUVEEN, 2015, p. 08) constitui o nicho específica de uma teoria sociopsicológica.

O conceito teórico das representações sociais permite investigar o senso comum que se faz presente no cotidiano das pessoas e estrutura as práticas sociais, sejam elas formais ou informais, pessoais ou institucionais. Santos e Chaves (2007, p. 356) indicam que

De acordo com Minayo (2003), há representações sociais que são mais abrangentes, que predominam no âmbito de uma sociedade. São representações que expressam uma visão de mundo em determinado momento histórico, que revelam as concepções das classes dominantes. Nessas representações estão presentes a dominação, a resistência, o conformismo, as contradições e os conflitos, numa conexão dialética com a realidade. Mas é importante assinalar que "cada grupo social faz da visão abrangente uma representação particular, de acordo com a sua posição no conjunto da sociedade (p.110).

Para Moscovici (1978 *apud* ALEXANDRE, 2004, p. 126) as representações sociais são uma modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre os indivíduos”, ou seja, são “um conjunto de conceitos, frases e explicações originadas na vida diária durante o curso das comunicações interpessoais (MOSCOVICI, 1981 *apud* ALEXANDRE, 2004, p. 131), que guia as ações humanas no cotidiano da vida e servem para compreender a realidade e agir sobre ela. Para Jodelet, principal colaboradora de Moscovici, as representações sociais podem ser definidas como

[...] uma forma específica de conhecimento, o saber do senso comum, cujos conteúdos manifestam a operação de processos generativos e funcionais socialmente marcados. De uma maneira mais ampla, ele designa uma forma de pensamento social (JODELET, 1990 *apud* ALVES-MAZZOTTI, 2008, p. 27).

Duveen (2015, p. 20-21) observa que “as representações sociais emergem, não apenas como modo de compreender um objeto particular, mas também como uma forma em que o sujeito (indivíduo ou grupo) adquire uma capacidade de definição, uma função de identidade, que é um valor simbólico”. Partindo desta perspectiva, Nogueira e Grillo (2020, p. 06) afirmam que “a Teoria da Representação Social é um modelo teórico cuja finalidade é compreender e explicar a construção dos conhecimentos estabelecidos pelo grupo, a teoria leiga, que se dá a partir do senso comum”. Desse modo, a representação social explicita a construção do conhecimento do grupo a partir do senso comum, revelada nas interações cotidianas das pessoas.

### 1.3 Modelo de Análise

O modelo analítico baseou-se na análise categorial temática como sistematizada por Bardin (2011). Para a autora, “fazer uma análise temática consiste em descobrir os ‘núcleos de sentido’ que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição, podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido” (BARDIN, 2011, p. 135).

Como aponta Bardin (2011, p. 135) “o tema é geralmente utilizado como unidade de registro para estudar motivações de opiniões, de atitudes, de valores, de crenças, de tendências etc.”, o que coaduna com os objetivos da presente investigação científica.

Nesta pesquisa foi adotada a Teoria das representações sociais para investigar as representações sociais que a os tomadores de decisão do governo Bolsonaro, voltada para a

gestão da Educação, construíram a respeito do ensino superior. Para Moscovici (2015, p. 216) as “[...] representações sociais são sempre complexas e necessariamente inscritas dentro de um ‘referencial de um pensamento preexistente’; sempre dependentes, por conseguinte, de sistemas de crenças ancoradas em valores, tradições e imagens do mundo e da existência”. Sendo assim, a análise temática permitiu explicitar este sistema de crenças dos atores analisados.

Para operacionalizar a investigação, foi feito um quadro com as dimensões da educação superior e de suas instituições, que poderiam estar representadas no discurso dos que foram responsáveis pela gestão de educação, nos três primeiros anos do Governo Bolsonaro: 1) Autonomia Universitária; 2) Ideologias presentes nas Universidades; 3) Estudantes Universitários; 4) Perspectiva econômica sobre as Universidades Públicas; e 5) Estigma.

**Quadro 1** – Modelo de Análise das Representações Sociais dos tomadores de decisão do Gov. Bolsonaro, voltada para a Gestão da Educação, sobre a Educação Superior

<b>Dimensão</b>	<b>Categorias analíticas</b>
Autonomia universitária	Escolha de Reitor
Ideologias presente na Universidade	Ideologia política partidária
Estudantes universitários	Atributos negativos
	Representantes da elite
Perspectiva econômica sobre a universidade pública	Repasses
	Universidade paga
Estigma	Drogas
	Desordem
	Improdutividade

Fonte: Elaboração própria, 2023

Tal procedimento possibilitou a inferência dos elementos que evidenciaram as representações sociais construídas pelos atores da gestão Bolsonaro na política de educação do ensino superior público e como estas representações afetaram as políticas públicas voltadas para o ensino superior público no país.

## II. Método

Neste capítulo apresentam-se os procedimentos metodológicos da pesquisa, explicitando todas as decisões tomadas ao longo do percurso investigativo, na produção dos dados e na elaboração do corpus a ser analisado.

### 2.1 Os procedimentos da análise documental

Ao analisar as representações sociais dos tomadores de decisão da gestão de educação no governo Bolsonaro acerca do ensino superior, buscou-se explicitar os sentidos da ação governamental, ou seja, os suportes ideológicos que sustentam a gestão pública no âmbito da política de ensino superior no Brasil. Compreende-se que, nas políticas públicas, as ideias importam, sendo responsáveis por estruturar decisões políticas com efeitos concretos nas ações do Estado.

Como procedimento metodológico, o estudo se orientou pela análise documental, como método central da pesquisa e enquanto técnica específica de coleta, produção e interpretações dos dados. Considera-se que esta técnica “[...] compreende a identificação, a verificação e a apreciação de documentos para determinado fim” (MOREIRA, 2008, p. 271). A finalidade, no presente estudo, é identificar as representações sociais dos tomadores de decisão da gestão da educação no governo Bolsonaro em relação à política do ensino superior brasileiro.

Segundo Flores (1994 *apud* CALADO; FERREIRA, 2005, p. 03), a análise documental tem sua importância estabelecida na perspectiva de que

[...] os documentos são fontes de dados brutos para o investigador e a sua análise implica um conjunto de transformações, operações e verificações realizadas a partir dos mesmos com a finalidade de se lhes ser atribuído um significado relevante em relação a um problema de investigação.

Do ponto de vista metodológico, a Teoria da Representação Social “[...] favorece o desvendar dos mecanismos de funcionamento da elaboração social do real, tornando-se fundamental no estudo das ideias e condutas sociais” (ALEXANDRE, 2004, p. 130), ao permitir operacionalizar as ideologias do senso comum que guiam a ação humana. Dessa forma,

Ao estudá-las como produto, procuramos apreender seu conteúdo e sentido através de seus elementos constitutivos: informações, crenças, imagens, valores, expressos pelos sujeitos e obtidos por meio de questionários, entrevistas, observações, análise de documentos, etc. (ALVES-MAZZOTTI, 2008, p. 34).

Como indicado acima, os instrumentos de produção de dados para a pesquisa das representações sociais podem ser questionários, entrevistas, observações, análise de

documentos, entre outros. A opção escolhida para a pesquisa aqui desenvolvida foi a análise documental das matérias do Jornal Folha de São Paulo, nas quais aparecem declarações, notícias, entrevistas dos responsáveis pela gestão de educação no governo Bolsonaro acerca do ensino superior, a saber: o próprio ex-presidente Jair Bolsonaro, os ex-ministros da educação Ricardo Vélez Rodríguez, Abraham Weintraub e Milton Ribeiro.

Importa considerar que as representações sociais “[...] são formadas através de influências recíprocas, através de negociações implícitas no curso das conversações, onde as pessoas se orientam para modelos simbólicos, imagens e valores compartilhados específicos” (MOSCOVICI, 2015, p. 208). Dessa forma, compreende-se que os responsáveis pela gestão de educação do governo Bolsonaro, por fazer parte do mesmo grupo de pessoas ideologicamente alinhadas, se retroalimentam em suas influências e negociam perspectivas similares acerca da temática aqui estudada. Justifica-se assim a escolha dos atores.

O veículo de comunicação escolhido para realizar a busca foi o Jornal Folha de São Paulo, por ser um jornal de grande circulação no Brasil, que veicula notícias do Brasil e do mundo. É um dos veículos impressos mais longevos presente no país e tem sido disponibilizado também em formato virtual. Desse modo, tivemos em vista priorizar um veículo de comunicação pela sua relevância nacional e no seu papel desempenhado na discussão da política nacional.

Cumprido destacar que reconhecemos o Jornal Folha de São Paulo, bem como outros veículos consolidados de comunicação, como importantes atores políticos e, nesse sentido, os veículos de imprensa podem influir por meio de seus editoriais no cenário político e possivelmente na construção das representações sociais neste trabalho investigadas. Também reconhecemos que os conglomerados de comunicação são setores que tem seus interesses e ideologias políticas que influenciam a sociedade.

Inicialmente procuramos delimitar quais os burocratas de alto escalão que eram os responsáveis pelas decisões da gestão da educação do governo Bolsonaro, em seguida, identificamos as matérias do Jornal Folha de São Paulo, por meio de sua versão digital, utilizando-se de marcadores combinados.

Para a presente pesquisa foram utilizados os marcadores "Universidades Federais", "Universidade Pública" e "Ensino Superior Público". Cada expressão foi combinada, por vez, com os nomes dos tomadores de decisão da gestão de educação do governo Bolsonaro, a saber "Jair Bolsonaro", "Ricardo Vélez", "Abraham Weintraub" e "Milton Ribeiro" que foram

aplicados na ferramenta de busca do Jornal Folha de São Paulo em formato digital, para a edição impressa, no filtro de 01 de janeiro de 2019 a 31 de março de 2022, sendo identificada a totalidade das matérias que responderam aos marcadores combinados.

O período em questão foi definido considerando o início da gestão do Presidente Jair Bolsonaro, em primeiro de janeiro de 2019. Já a data de corte final levou em conta a exoneração do terceiro Ministro da Educação do governo Bolsonaro, Milton Rodrigues, que se deu em 28 de março de 2022. Adotou-se o último dia de março como data limite de busca compreendendo que nos dias subseqüentes à saída do ministro poder-se-ia ser veiculada alguma matéria resgatando posicionamentos dele quanto ao ensino superior.

Em seguida, foram identificadas, manualmente, apenas as matérias que estão vinculadas ao caderno Educação, para serem lidas e posteriormente listadas aquelas que possuíam falas dos atores em questão. Assim, foram excluídas as matérias sem falas dos principais responsáveis pela gestão da Educação do governo Bolsonaro e as que possuíam falas, mas versavam sobre o ensino superior privado e o ENEM. Nesse sentido, é importante sinalizar que o marcador "ensino superior público" combinado com os nomes do presidente ou dos ministros retornou, basicamente, matérias relacionadas ao ENEM.

Os dados da busca encontram-se sistematizados no quadro abaixo, de forma que relacionadas ao presidente Jair Bolsonaro foram encontradas um total de 14 matérias; ao ministro Abraham Weintraub foram 26 matérias; Milton Ribeiro, 02 matérias; e Ricardo Vélez, 01 matéria.

**Quadro 2**– Quantitativo de matérias por marcados combinados no Jornal Folha de São Paulo

<b>Marcadores combinados</b>	<b>Totalidade</b>	<b>Educação</b>	<b>Matérias com falas</b>
"Jair Bolsonaro" & "Universidades Federais"	160	90	13
"Jair Bolsonaro" & "Universidade Pública"	25	10	1
"Jair Bolsonaro" & "Ensino Superior Público"	21	12	0
"Abraham Weintraub" & "Universidades Federais"	116	76	25
"Abraham Weintraub" & "Universidade Pública"	8	4	2 <sup>1</sup>
"Abraham Weintraub" & "Ensino Superior Público"	14	9	0
"Milton Ribeiro" & "Universidades Federais"	20	16	2

<sup>1</sup> Uma das matérias com falas identificadas na busca "Abraham Weintraub" & "Universidade Pública" já havia sido identificada na busca "Abraham Weintraub" & "Universidades Federais".

"Milton Ribeiro" & "Universidade Pública"	2	1	1 <sup>2</sup>
"Milton Ribeiro" & "Ensino Superior Público"	2	2	0
"Ricardo Vélez" & "Universidades Federais"	27	16	1
"Ricardo Vélez" & "Universidade Pública"	1	1	1 <sup>3</sup>
"Ricardo Vélez" & "Ensino Superior Público"	1	0	0

Fonte: Elaboração própria, 2023

Os trechos das matérias onde se encontram as falas dos atores estão sistematizadas no Apêndice I. Para fins do procedimento analítico foi adotada a análise de conteúdo categorial temática. Dessa forma, foi necessário identificar as unidades de registro e de contexto que fossem pertinentes ao material encontrado e atendessem aos objetivos da pesquisa.

Segundo Bardin (2011, p. 134), a unidade de registro “é a unidade de significação codificada e corresponde ao segmento de conteúdo considerado unidade de base, visando a categorização e a contagem da frequência”. Levando em conta que a unidade de registro pode ser diversa, optou-se pela modalidade tema pois o tema é “a unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo certos critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura” (BARDIN, 2011, p. 135).

Em relação à unidade de contexto, conforme Bardin (2011, p. 137), esta “serve de unidade de compreensão para codificar a unidade de registro e corresponde ao segmento da mensagem, cujas dimensões [...] são ótimas para que se possa compreender a significação exata da unidade de registro”. Dentro do possível, e levando em consideração que algumas matérias do periódico utilizado apenas traziam pequenas expressões das declarações dos autores analisados, as unidades de registros foram os parágrafos ou as frases, que permitiram dar lastro ao tema das categorias adotado no Quadro de Análise.

## 2.2 O corpus analisado

Para a composição do corpus da pesquisa foi realizada a leitura de todas as matérias identificadas com falas dos principais responsáveis da gestão de Educação no governo Bolsonaro acerca do ensino superior e percebeu-se que várias matérias traziam trechos repetidos

<sup>2</sup> A matéria com fala identificada na busca "Milton Ribeiro" & "Universidade Pública" já havia sido identificada na busca "Milton Ribeiro" & "Universidades Federais".

<sup>3</sup> A matéria com fala identificada na busca "Ricardo Vélez" & "Universidade Pública" foi a mesma encontrada na busca "Ricardo Vélez" & "Universidades Federais".

de parte das declarações destes atores, muitas vezes destacando apenas uma expressão ou palavra que teve maior ressonância no campo educacional e na sociedade.

Tendo isto em vista, procedeu-se o tratamento do material, com a devida exclusão dos trechos repetidos, de forma que o corpus analisado agrega apenas as declarações dos atores, sem a presença dessas repetições, chegando ao total de 108 ocorrências. Após este procedimento o corpus analítico da pesquisa foi sistematizado no quadro abaixo, sem a identificação dos atores, no intuito da posterior categorização dos dados.

**Quadro 3 – Corpus da pesquisa**

<b>Fn</b>	<b>Falas</b>
1	“ficar reservadas para uma elite intelectual”
2	“As universidades federais não podem se tornar um comitê político do partido A, nem de direita, mas muito menos de esquerda”
3	“vedetes do futuro”
4	“Com todo o respeito que tenho aos motoristas, é uma profissão muito digna, mas tem muito engenheiro, muito advogado dirigindo Uber porque não consegue colocação devida. Mas se ele fosse um técnico em informática estaria empregado, porque há uma demanda muito grande”
5	“Então acho que o futuro são os institutos federais, como é na Alemanha. Na Alemanha são poucos os que fazem universidade, universidade na verdade deveria ser para poucos nesse sentido de ser útil à sociedade”
6	“O que também eu acho justo, considerando que os pais desses meninos tidos como filhinhos de papai são aqueles que pagam os impostos no Brasil que sustentam bem ou mal a universidade pública”
7	“Quando eu cheguei lá [no MEC], outra surpresa que eu tive é que nós temos 38 institutos que faziam um trabalho extraordinário”
8	“Quando eu cheguei no MEC, tomei um susto. A maior parte da população brasileira não sabe que eu administro 50 hospitais universitários através da Ebserh, que eu tenho que organizar, sem poder interferir, o ensino público para mais de 40 milhões de estudantes em todo o Brasil”
9	“não precisa ser bolsonarista, mas não pode ser esquerdista, não pode ser lulista”
10	“gente pelada dentro”
11	“A universidade deve estar com sobra de dinheiro para fazer bagunça e evento ridículo”
12	“A lição de casa precisa estar feita: publicação científica, avaliações em dia, estar bem no ranking”
13	“Para quem conhece universidades federais, perguntar sobre tolerância ou pluralidade aos reitores (ditos) de esquerda faz tanto sentido quanto pedir sugestões sobre doces a diabéticos”
14	“Guilherme, deixa eu te explicar o que está acontecendo, o Brasil estava num momento muito difícil, Guilherme. A gente estava afundando e o Brasil parou de afundar, mas o Brasil ainda não decolou. O fato de a gente ter parado de afundar permite a gente a fazer pequenos investimentos como esse [satélites para garantir internet nas escolas], mas para a gente decolar tem um projeto que está na Câmara que chama Nova Previdência”
15	“O presidente estava comentando é que as vezes na nossa casa, com o papai e a mamãe, acontece um imprevisto e às vezes a gente tem que segurar um pouco para trocar uma louça de casa para comprar um fogão novo. E é essa situação que a gente está passando agora, a gente está segurando 5%, a gente não está cortando, a gente está esperando para comprar aquele fogão novo no segundo semestre”
16	“entregar tudo que a gente gostaria”
17	“A gente não está falando pra pessoa que a gente vai cortar. Não está cortado. Deixa pra comer depois de setembro. É só isso que a gente está pedindo. Isso é segurar um pouco. Agora eu me pergunto, senhor presidente, o senhor já passou por uma situação dessa? Um imprevisto, uma dificuldade na vida, e falou assim: segura um pouco. Se alguém falasse assim, três chocolatinhos e meio, 3,5% dos 100, 3,5% segura, porque o salário está integralmente preservado e pago no dia. A gente tem todo auxílio aos alunos pago, e agora ficam espalhando que a gente está fechando tudo”
18	“O Paulo Guedes [ministro da Economia] teve que fazer isso porque a lei manda a gente contingenciar, segurar um pouco, não cortar. Segurar um pouco os gastos, não só no Ministério da Educação, que eu

	sou responsável, mas em todos os ministérios a gente está segurando um pouco pra cumprir a lei, e não terminar que nem o governo anterior, que gastou mais, descumpriu a lei e gerou inflação”
19	“Nesse momento, que está todo mundo segurando, apertando o cinto, a gente não está mandando ninguém embora. Todos os salários estão preservados. Se fosse numa empresa, é difícil numa empresa, numa padaria, a gente às vezes tem que mandar gente embora numa situação dessa. Ninguém está sendo mandado embora, todo mundo está recebendo em dia, professor, técnico, todo mundo”
20	“Nós não somos responsáveis pelo contingenciamento atual, o orçamento atual foi feito pelo governo eleito de Dilma Rousseff e Temer, que era vice. Não somos responsáveis pelo desastre da educação, não votamos neles”
21	“Não ficamos parados, uma parte do dinheiro que foi roubado da Petrobras está sendo recuperado e está entrando de volta. [...] Já pode servir de alívio para os reitores”
22	“torres de marfim”
23	“Não estou querendo diminuir o ensino superior. O que quero é cumprir o plano de governo que é dar prioridade para a educação básica”
24	“Tem gente que quer produzir, quer trabalhar e não consegue. Não é 100% de anjo que está nas universidades”
25	“Optei por dar aula em uma universidade federal, não para playboy, me identifico com o povo. Tem gente de partido da oposição que dá aula em universidade de rico. Prefiro estar com o povo com quem me identifico, com o povo moreno como eu, que sou moreno também”
26	“Cobrar dos alunos de graduação eu sou contra, porque é uma discussão que vai ser muito acalorada e a gente vai gastar uma energia gigantesca para poucos alunos que são de famílias ricas, mas que às vezes é de família rica e tem pai desnaturado”
27	“Mas eu acho que, se a gente focar na cobrança de pós-graduação, você não tem que discordar. Está lá o bonitão com o diploma de advogado querendo fazer o mestrado. E aí tem que pensar em pagar”
28	“coação”
29	“Estamos recebendo aqui no MEC cartas e mensagens de muitos pais de alunos citando explicitamente que alguns professores, funcionários públicos, estão coagindo os alunos e que serão punidos de alguma forma caso eles não participem das manifestações”
30	“O MEC está fazendo um esforço muito grande para que o ambiente escolar não seja prejudicado por uma guerra ideológica que prejudica o aprendizado dos alunos”
31	“universidades que, em vez de procurar melhorar o desempenho acadêmico, estiverem fazendo balbúrdia terão verbas reduzidas”
32	“Dia dezessete apresentaremos a reformulação das universidades federais, que continuarão públicas e os estudantes não pagarão pela graduação, como hoje. Haverá mais liberdade para pesquisa e trabalho!”
33	“Não há privatização alguma! Teremos um modelo moderno, que nos aproximará da Europa, Canadá, Israel, Austrália, EUA, etc. A adesão das universidades será voluntária, permitindo separar o joio do trigo, as que quiserem ficar no atual modelo, poderão ficar”
34	“A graduação não será paga pelos alunos das federais. Manteremos a situação atual, porém, a rápida deterioração das contas vista nos últimos anos será interrompida. Há avanços maiores e menos polêmicos que serão apresentados dia dezessete, não percam”
35	“patrocínio, patrocinador, aluguel e parceria”
36	“fundo soberano do conhecimento”
37	“Não é só montar uma empresa. O professor que publicar em revista boa também vai ser premiado pelo fundo”
38	“de boca”
39	“Ou adere a tudo ou a nada”
40	“Eu acho que foi bem positivo. A gente tem conversado com todos os reitores há bastante tempo. Não houve nenhuma crítica pontual a um assunto específico técnico. Quando aparece alguma crítica, ela tende a ter mais uma visão geral de que isso seria o fim da universidade pública no país e a privatização das federais. Que, numa primeira análise muito simples, a gente vê que é mentira, que a gente não está acabando com a universidade pública e muito menos privatizando. Estamos, sim, dando mais liberdade”
41	“Isso é verdade. Não dá para comparar o potencial, a atração econômica que você tem de uma Universidade Federal de São Paulo ou de uma Universidade Federal do Rio de Janeiro com uma universidade, por exemplo, do Acre”
42	“A gente está atento a isso, por isso que as réguas e os patamares de desempenho não vão ser similares para todos. Mas alguns critérios, como a taxa de sucesso na manutenção do aluno que entra e passa no vestibular, serão iguais para todos. Por incrível que pareça, os piores desempenhos estão nas universidades do Sul. A gente acha que é perfeitamente contornável”

43	“Uma outra coisa que é importante é não ter preconceito. Quando você, por exemplo, pensa: ‘mas uma universidade em Santarém não tem esse potencial’, é o oposto. A gente falou com o reitor da Universidade Federal do Oeste do Pará, [que] fica em Santarém, na beira do rio Amazonas —a junção da água do Amazonas com o Tapajós—, e justamente lá é onde tem um potencial gigantesco. Empresas internacionais querem explorar a biodiversidade da Amazônia cientificamente, ou mesmo empresas nacionais, como Boticário e Natura”
44	“Não é verdade que eles não foram consultados. É uma afirmação, se ela houve —eu não fiquei sabendo— mentirosa da Andifes. Nós temos prova material cabal de que os reitores estiveram aqui. Estiveram aqui para que o projeto fosse apresentado. Se essa afirmação aconteceu, que eu não tenho, não a vi, é uma afirmação mentirosa”
45	“A gente tem o plano todo fechado, mas não estamos impondo absolutamente nada. A gente abriu consulta pública. Caso tenha alguma sugestão, pode encaminhar”
46	“Nosso objetivo, ao final, é colocar as universidades brasileiras em um patamar que as permita competir, gerar riqueza, bem-estar, conhecimento, igual a um país que esteja na Europa, na América do Norte, Canadá, Austrália, Israel”
47	“E, hoje, é importante ter em mente: as universidades federais brasileiras têm uma taxa de insucesso na formação do aluno muito grande. Mais da metade dos alunos que entram em uma universidade federal não se forma. Isso é o dinheiro do pagador de imposto, no tocante à educação, jogado na privada. Quando o aluno não se forma, foi jogado na privada”
48	“Na geração de conhecimento científico, é outra mentira que nós estamos no topo. É mentira isso. Nós estamos em 14º no mundo na produção física de papel acadêmico. Mas, quando a gente vê e pondera pela qualidade, isto é, em número de citações, a gente está em 78º dos 90 países do mundo que fazem a análise”
49	“As nossas universidades têm muito trigo, têm muita coisa boa. Mas a média não está bem. Tem muito joio, principalmente quando a gente leva em conta o custo”
50	“Produção acadêmica que presta. Veja, a produção acadêmica tem que ter alguma citação, tem que ter alguma consequência, não só o papel escrito e timbrado. O paper tem que ser publicado em uma revista ranqueada, não pode ser em uma revista desprestigiada”
51	“Outro critério: patentes. Outro critério: desempenho acadêmico puro. A gente quer criar também startups. Que o aluno, que o aprendizado dele seja transformado em empreendimentos. Com startups, essa é a fronteira hoje das universidades lá fora. O aluno não sai buscando um emprego público ou privado. Ele aprende e vê como transformar esse aprendizado dele em bem-estar e riqueza”
52	“Então, são vários critérios. E, obviamente, a gente vai ter que cobrar uma melhora dos indicadores de performance na educação dos alunos. Mais de 50% de desistência está errado”
53	“A gente tem toda a apresentação técnica dos pesos, dos critérios. Estamos no período de consulta pública para as universidades darem as sugestões, porque não é fechado, isso ainda pode ser modificado facilmente”
54	“A gente começa com esses critérios. E esses critérios, "pô, tá muito pesado", vai mudando. Não é uma coisa estática, é uma coisa dinâmica”
55	“Por exemplo, o ensino a distância, hoje, é fronteira. Por que não uma parte das aulas o aluno pode ter de professores da Universidade de Harvard, a distância —faz a prova local e recebe os créditos para se formar? Isso é uma possibilidade real que acho que agrega muito valor e conhecimento para os alunos”
56	“Em vez de ter aula com um professor que está lá, desatualizado, não preparou as aulas, não fez a coisa como deveria fazer, que acontece —existe um percentual de professores que não prepara aula. Ele [aluno] pode ter uma aula em Harvard, passa no exame e comprova que tem o conhecimento daquela matéria. Essa é uma realidade que a gente quer trazer para critérios objetivos”
57	“A princípio, o Future-se é liberdade. Universidade é liberdade, tenho que ter liberdade para pesquisar, estudar, para fazer o que eu quero. Óbvio, desde cumpridas as leis do país, porque existe autonomia universitária e autonomia universitária não é soberania. Se o país proíbe o consumo de drogas, a universidade não pode ser área livre para consumo de drogas”
58	“O projeto quer a liberdade para as pessoas poderem buscar parceria, criar, buscar patrocinadores. Fazer startups dentro do ambiente universitário. De uma forma institucional, legalizada, deixando uma parte do recurso com a sociedade, através da universidade, através do estado”
59	“O projeto permite um maior grau de liberdade para você buscar essa fluidez com a sociedade. E não ser a torre de marfim que hoje ela é. Isso tem que ser um ambiente onde todo mundo consiga entrar, discutir. Um padeiro, por que não, entrar em uma universidade e discutir uma levedura nova para o pãozinho dele na padaria. Isso é uma coisa que uma startup de um estudante de química ou biologia pode ajudar”

60	“É isso que a gente quer, que um padeiro pense "pô, eu estou querendo desenvolver uma coisa nova, vou dar um pulo lá na federal". Uma costureira vai dizer, "ouvi falar de um tecido mais resistente a calor, ou que muda de cor, vou lá na federal ver o que posso fazer". E ela vai chegar nas incubadoras, vai falar com os alunos, e o aluno vai chamar um professor para tentar ajudar”
61	“E por que você vai ter toda essa boa vontade —porque, se der certo, eles vão ganhar dinheiro com isso. O professor e o aluno. Separando o quê? O joio do trigo”
62	“Tem gente que trabalha nas federais? Tem. Tem gente inteligente que cria coisas? Tem. Mas tem gente que está encostada lá, fazendo talvez coisas não adequadas para um ambiente público? Sim”
63	“Parcerias”
64	“Na pós-graduação, pode. Hoje, você já pode. Hoje, a legislação de governos passados já permite a cobrança de pós-graduação para mestrados. Só que não sai do papel, porque o dinheiro entra e fica preso no Tesouro Nacional. Então você não tem um estímulo para o pessoal se mexer e correr atrás. E a gente quer quebrar isso através das OSs, permitindo que o dinheiro vá direto para quem gerar a receita e uma parte fica para a universidade”
65	“Com isso a gente acha que consegue subir o critério, subir o montante de recursos captados para padrões lá fora, das universidades públicas no exterior que fazem a mesma coisa. Quando você compara com América do Norte e Europa, você vê que de 30% a 80% dos recursos das universidades que são do estado vem de parcerias, vem de captação de recursos da iniciativa privada. Através de cobrança de curso de pós-graduação, de parceria, de patrocinador. Através de patronos. Um zilhão de coisas que as OSs vão poder fazer”
66	“O objetivo, então —vamos fazer uma conta simples. Se nós tivermos o desempenho das piores universidades lá fora, públicas, a gente poderia aumentar o recurso para as nossas universidades em de R\$ 15 a R\$ 20 bilhões por ano”
67	“Vai poder trazer professor de fora. Vai poder contratar, sim”
68	“Como é o caso da Ebserh. A gente não está inventando a roda. A gente está trazendo uma série de ideias que tem lá fora, adaptando a legislação brasileira e as características brasileiras, modernizando alguns aspectos e implementando”
69	“A Ebserh é exatamente esse modelo. Os hospitais universitários, hoje, têm fila para se tornarem hospitais”
70	“Será que funciona? Na Ebserh funciona. A Ebserh está debaixo do MEC e a gente está simplesmente modernizando, ampliando e fortalecendo, no aspecto da gestão, o modelo da Ebserh, que funcionou, que é um sucesso. No começo, teve críticas retumbantes. "Ah, mas vão privatizar os hospitais universitários, vai ser o capitalista malvado, vai faltar remédio nos hospitais universitários." Hoje é o oposto. Deu muito certo, aqueles críticos se calaram e hoje estão batendo na porta e falando: "Será que eu não posso entrar?"
71	“Não, veja. Quem hoje é professor, para quem hoje está concursado, nada muda. Continua concursado, continua mantido, continua absolutamente como está. Quero trazer um professor de Harvard para dar aula durante um tempo. A OS permite fazer isso. Quero contratar uma pessoa via CLT. A OS permite fazer isso, como o modelo da Ebserh permite fazer isso. Mas o modelo da Ebserh não transforma o funcionário em um funcionário da iniciativa privada. É simplesmente o modelo da contratação”
72	“A princípio, não. A gente não tem intenção nenhuma de reduzir os repasses. O que a gente vai fazer é libertá-los para conseguir recursos privados. Outra coisa que vai acontecer é que vai aumentar o grau de transparência. A gente vai atrás das contas e dos números. Tem que prestar contas. Por enquanto, a gente está chamando voluntariamente. Daqui a pouco, a gente vai atrás dos contratos. Tem algumas contas aí que a gente está meio em dúvida para entender. E vamos aguardar”
73	“De forma alguma. Quem faz retaliação, por incrível que pareça, usa a estrutura para perseguir, não é esse lado. Eu tenho o exemplo pessoal meu, que está bem documentado. Fui retaliado pelo meu posicionamento político. Ao mesmo tempo, depois que eu virei ministro, não houve absolutamente nada contra as pessoas que me perseguiram. Zero”
74	“Se a gente tiver fracasso —vamos supor, deu errado—, a gente vai ter o pior desempenho que tem lá fora: R\$ 15 bilhões”
75	"Eu gostaria de mandar projeto de lei, mas [com a medida provisória] existe um ganho de alguns meses para as universidades que quiserem aderir"
76	"Vamos salvar as universidades. Elas estão morrendo asfixiadas"
77	"Quanto ao Brasil estar em sétimo lugar [em número de universidades listadas], é [reflexo do] tamanho da população. Se pegar entre as 100 melhores e entre as 200 melhores, o Brasil não consta com nenhuma universidade".
78	“Você tem plantações extensivas, e não três pés de maconha, mas plantações extensivas de maconha em algumas universidades. A ponto de ter borrifador de agrotóxico. Porque orgânico é bom contra a

	soja, para não ter agroindústria no Brasil, e para a maconha deles querem tudo que é tecnologia à disposição”
79	“uma máquina, um mecanismo, a serviço de movimentos políticos”
80	“vodu”
81	“Quem educa é o pai, a mãe, o tio, o avô. É alguém. A gente ensina a ler e escrever”
82	"foi criada uma falácia de que as universidades federais precisam ter autonomia"
83	"as plantações de maconha são reflexo de um consumo desenfreado nas universidades"
84	"Peço que leve a sério esse assunto. O assunto é sério, é a vida de jovens"
85	"Esse é o ambiente das universidades"
86	"Tudo pichado, tudo sujo"
87	"O problema não é plantação em si, é o que ela reflete. O que eu quero para meus filhos é um ambiente seguro"
88	"Pode ensinar o que quiser, falar de Karl Marx, não tem problema. Agora, a PM [Polícia Militar] tem que entrar nos campi”
89	"No dia da mentira, mídia/esquerda continuam contando mentiras! Não houve corte no total de bolsas ou interrupção nas que estão em andamento"
90	"Cursos bem avaliados ganharam bolsas. No total, houve um aumento de 6.000 novas bolsas, sendo 2.600 para estudar epidemias (coronavírus)"
91	“a função do governo é respeitar o dinheiro do pagador de imposto”
92	“Então, o que a gente tem que ensinar para as crianças, para os jovens? São, primeiro, habilidades, de poder ler, escrever, fazer contas”
93	“Ele [Japão] está tirando dinheiro público do pagamento de imposto de faculdades que são tidas como para uma pessoa que já é muito rica ou de elite, como filosofia”
94	“Eu não quero interferir politicamente em lugar nenhum, mas o que é comum chegar na minha mesa é a lista tríplice. A gente pesquisa a vida da pessoa, pessoas trazem informações, daí chega a informação: esse cara é do PSOL, esse outro é do PT, esse outro é do PC do B. A gente não deve escolher ninguém por questão ideológica, mas a gente vê que são militantes”
95	"aparelhadas”
96	“A gente não vai cortar recurso por cortar. A ideia é pegar e investir dinheiro na educação básica”
97	“Coisas absurdas têm acontecido dada a autonomia das universidades”
98	"Ali virou terras deles, eles que mandam"
99	"não tem como fugir"
100	"É do PT, do PCdoB ou do PSOL. Agora, o que puder fugir, logicamente pode ter um voto só na eleição, mas estamos optando por essa questão"
101	“O Ministro da Educação Abraham Weintraub estuda descentralizar investimento em faculdades de filosofia e sociologia (humanas). Alunos já matriculados não serão afetados. O objetivo é focar em áreas que gerem retorno imediato ao contribuinte, como: veterinária, engenharia e medicina”
102	“A função do governo é respeitar o dinheiro do pagador de impostos, ensinando para os jovens a leitura, escrita e a fazer conta e depois um ofício que gere renda para a pessoa e bem-estar para a família, que melhore a sociedade em sua volta”
103	"É natural, agora a maioria ali é militante, não tem nada na cabeça, se perguntar 7x8 pra ele, não sabe. Se você perguntar a fórmula da água, não sabe, não sabe nada"
104	"São uns idiotas úteis, uns imbecis, que estão sendo usados como massa de manobra de uma minoria espertalhona que compõe o núcleo de muitas universidades federais no Brasil."
105	"Outros governos contingenciaram, cortaram recursos no linguajar popular. Ninguém vai cortar recursos da educação por maldade, é que nós não temos como pagar as dívidas que o Brasil tem, que são muito grandes, por isso esse contingenciamento"
106	"momento difícil"
107	"Nós herdamos uma dívida muito grande dos governos anteriores, mas nós faremos o possível para bem atender a educação. Ninguém cortou 30% da educação. Nós estamos pegando recursos de uma área e botando para outra. No caso, mais recurso para educação básica, não é ministro?"
108	“poucas universidades têm pesquisa, e, dessas poucas, a grande parte está na iniciativa privada, como a Mackenzie em São Paulo”

Fonte: Elaboração própria, 2023

Realizou-se então uma primeira leitura flutuante das falas, com o objetivo de elaborar as categorias temáticas de análise de conteúdo, de forma que foram identificadas as dimensões de “Autonomia universitária”, “Ideologias presentes na Universidade”, “Estudantes universitários”, “Perspectiva econômica sobre a universidade pública” e “Estigma”. E dentro destas dimensões as seguintes categoriais: “Escolha de Reitor”, “Ideologia política partidária”, “Atributos negativos”, “Representantes da elite”, “Repasses”, “Universidade paga”, “Drogas”, “Desordem” e “Improdutividade”.

O corpus da pesquisa foi categorizado, usando o critério de alocação por exclusão entre as categorias, sendo possível elaborar um quadro síntese da análise de conteúdo (ver Apêndice II), no qual se destacaram a dimensão pertencente, a categoria de alocação, a frequência da unidade de registro, as unidades de contexto, os atores responsáveis pelos trechos destacados e a data de veiculação destas declarações no periódico de base para a investigação.

Na dimensão Autonomia universitária e sua categoria Escolha de reitor foram encontrados 5 registros. Também na dimensão Ideologia presente na Universidade e sua categoria Ideologia política foram encontrados 5 registros. Na dimensão Estudantes universitários e suas categorias Atributos negativos houve ocorrência de 2 registros e Representantes da elite com 3 registros. Na dimensão Perspectiva econômica sobre a universidade pública e suas categorias Repasses que foram encontrados 13 registros e na outra categoria Universidade paga houve ocorrência de 5 registros. E por fim a última dimensão Estigma e em suas categorias Drogas foram encontrados 4 registros, Desordem, com 4 registros e Improdutividade que teve ocorrência de 4 registros

Salienta-se que nem todo o material que veio a compor o corpus analítico da investigação chegou a ser classificado entre as categorias elaboradas, pois não pareceram colaborar para o alcance dos objetivos da pesquisa.

### **III. As representações sociais sobre Educação Superior dos tomadores de decisão da gestão de Educação no governo Bolsonaro**

Apresentamos aqui a análise realizada a partir da sistematização do corpus da pesquisa. Como apontado anteriormente, a análise das declarações dos tomadores de decisão da gestão de Educação no governo Bolsonaro acerca do ensino superior reportadas pelo jornal Folha de São Paulo, - foi feita utilizando o método de análise de conteúdo. Após a leitura flutuante e exploração do conteúdo das matérias selecionadas, que continham as declarações a respeito do objetivo balizador da pesquisa, identificaram-se as dimensões e categorias existentes nos discursos dos atores, atentando-se sempre para o referencial teórico. Estas dimensões e categorias são apresentadas e discutidas a seguir.

Antes, cumpre rememoramos como foram os contextos de escolhas dos ministros da educação do governo Bolsonaro e suas substituições. O Ministério da Educação contou com cinco ministros ao longo da gestão Bolsonaro. O primeiro ministro escolhido para pasta da educação foi Ricardo Vélez Rodrigues, que assumiu em 1 janeiro de 2019 e ficou até 8 de abril do mesmo ano. Vélez Rodrigues foi indicado pelo guru do Bolsonarismo, o filósofo Olavo de Carvalho, e teve sua gestão marcada por polêmicas como o desejo de mudar os livros de história para caracterizar o golpe de estado em 1964 como um “contragolpe”.

Em seguida, assume o comando da pasta Abraham Weintraub, que fica até 20 de junho de 2020. Também seguidor do Guru do Bolsonarismo, sua gestão foi igualmente marcada por diversas polêmicas, a exemplo dos problemas criados para a correção e atribuição das notas do Enem, na sua edição de 2019. Depois do Abraham Weintraub, foi nomeado Carlos Decotelli, no dia 25 de junho de 2020. Contudo, foram descobertos plágios na sua dissertação de mestrado e informações inverídicas no seu Curriculum Lattes. que resultaram no futuro ministro não ter tomado posse do cargo.

Em 16 de Julho de 2020, foi nomeado o Pastor Milton Ribeiro, ficando no cargo até 28 de março de 2022. Sobre a sua gestão, a pasta do Ministério da Educação se viu envolvida em denúncias de esquema de corrupção, no qual pastores cobravam propina para liberar verbas do FNDE. Por fim, o último ministro da educação do Governo Bolsonaro fora o então secretário executivo da pasta, que assumiu de maneira interina em 30 de março, sendo efetivado na pasta em 18 abril e ficando até o fim do mandato.

É neste cenário que são feitas as análises das representações sociais, especificamente a partir das falas dos três primeiros ministros e do próprio Bolsonaro.

### 3.1 Autonomia Universitária

A primeira dimensão a ser explicitada e discutida, que esteve nas matérias encontradas, foi “Autonomia Universitária” que buscamos discutir a partir da categoria “Escolha de Reitor”, sendo possível encontrar cinco registros.

Durante os quatro anos do governo Bolsonaro foi observado um processo de desconexão das escolhas dos reitores por parte da gestão federal em relação aos nomes indicados em primeiro lugar pelas listas tríplexes elaboradas pelas universidades por meio de consulta pública ao seu público docente, discente e de técnicos-administrativos.

Este fator, ainda que não contenha elementos de ilegalidade, de alguma maneira afetou a autonomia das universidades federais, pois funcionou como uma ação de deslegitimação dos processos democráticos adotados por estas instituições de ensino superior junto à sua comunidade acadêmica, no exercício da autonomia universitária. Cumpre notar que a legislação garante a escolha dos reitores como um ato de discricionariedade do mandatário do poder executivo federal.

A Constituição de 1988, no seu artigo 207, explicita que “As universidades gozam de autonomia-didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988). Desse modo, o legislador infraconstitucional teve como prisma a garantia da autonomia das universidades públicas presente na Carta Magna, de forma que o artigo que versava sobre as escolhas dos reitores das instituições do ensino superior públicas, - na legislação que fixa as normas de organização e funcionamento do ensino superior, a saber a Lei n. 5.540/68, - foi alterado pela Lei n. 9.192/95, ganhando a seguinte redação:

Art. 16. A nomeação de Reitores e Vice-Reitores de universidades, e de Diretores e Vice-Diretores de unidades universitárias e de estabelecimentos isolados de ensino superior obedecerá ao seguinte:

I - o Reitor e o Vice-Reitor de universidade federal serão nomeados pelo Presidente da República e escolhidos entre professores dos dois níveis mais elevados da carreira ou que possuam título de doutor, cujos nomes figurem em listas tríplexes organizadas pelo respectivo colegiado máximo, ou outro colegiado que o englobe, instituído especificamente para este fim, sendo a votação uninominal;

II - os colegiados a que se refere o inciso anterior, constituídos de representantes dos diversos segmentos da comunidade universitária e da sociedade, observarão o mínimo de setenta por cento de membros do corpo docente no total de sua composição;

III - em caso de consulta prévia à comunidade universitária, nos termos estabelecidos pelo colegiado máximo da instituição, prevalecerão a votação uninominal e o peso de setenta por cento para a manifestação do pessoal docente em relação à das demais categorias;

[...] (BRASIL, 1995).

Esta alteração na legislação privilegia a gestão democrática, validando a participação da comunidade acadêmica na escolha de seus gestores. O princípio em tela não parece estar sendo garantido, pois constatou-se o recorrente desrespeito à escolha da comunidade acadêmica. Parentoni e colaboradores (2022) apontam que ao menos 36% (trinta e seis por cento) das universidades federais foram administradas por reitores não eleitos pelas suas respectivas comunidades acadêmicas, no período da gestão Bolsonaro. Este dado corrobora a não observância do respeito ao princípio da gestão democrática nas instituições de ensino superior pública.

Em relação à categoria que compõe esta dimensão e discute as escolhas dos reitores, as declarações que parecem sintetizar as representações sociais dos responsáveis pela gestão de Educação no governo Bolsonaro foram:

Eu não quero interferir politicamente em lugar nenhum, mas o que é comum chegar na minha mesa é a lista tríplice. A gente pesquisa a vida da pessoa, pessoas trazem informações, daí chega a informação: esse cara é do PSOL, esse outro é do PT, esse outro é do PC do B. A gente não deve escolher ninguém por questão ideológica, mas a gente vê que são militantes” (F94)

Coisas absurdas têm acontecido dada a autonomia das universidades (F97)

As referidas falas foram emitidas pelo ex-presidente Jair Bolsonaro e veiculadas no Jornal Folha de São Paulo dos dias 11 de junho de 2019 e 07 de dezembro de 2020, respectivamente.

Sob o pretexto de que “coisas absurdas tem acontecido” por causa da autonomia das universidades públicas, a gestão federal do período de 2019 a 2022 passou a não nomear os indicados pela lista tríplice e que possuíam nitidamente vínculos políticos com partidos de esquerda.

Percebe-se inicialmente aqui uma compreensão por parte da gestão federal, analisada neste trabalho, de que as universidades públicas são espaços que privilegiam em seus quadros de gestão um espectro ideológico ao qual os tomadores de decisão da gestão da Educação do governo não reconhecem como legítima.

### 3.2 Ideologias presentes na Universidade

A dimensão “Ideologias presentes na Universidade”, que foi categorizada como “Ideologias políticas partidárias”, esteve cinco vezes presente no corpus analisado. Compreende-se que a discussão sobre ideologia é vasta, mas aqui adota-se a perspectiva sistematizada por Leandro Konder (2001).

Segundo este autor, “cada pessoa, cada grupo, ao intervir na política, ou ao se omitir em face dela, tende a acreditar que seu ponto de vista é mais adequado às necessidades ou às conveniências da humanidade do que o ponto de vista dos outros” (KONDER, 2001, p. 26). Percebe-se este elemento nitidamente na presente categoria.

O sentido desta categoria fica evidenciado no trecho da fala do ex-ministro da educação Milton Ribeiro, veiculado na matéria da Folha de São Paulo, do dia 10 de agosto de 2021: “As universidades federais não podem se tornar um comitê político do partido A, nem de direita, mas muito menos de esquerda” (F2).

É possível inferir que a representação social dos responsáveis da gestão da educação do governo Bolsonaro foi de que as universidades públicas federais têm como ideologia política partidária os partidos no espectro da esquerda. Desse modo, a categoria ideologia política partidária está intrinsecamente ligada à categoria acima analisada (escolha de reitor), pois a compreensão de qual ideologia se faz presente nestas instituições de ensino superior levou a ações de deslegitimação dos processos democráticos para a escolha dos reitores das universidades públicas, como discutido anteriormente.

Convém apontar que as pessoas que compõem o espectro político da extrema direita brasileira, - pelo qual foram e continuam a ser representadas pelo ex-presidente Bolsonaro, - foram entusiastas de um projeto chamado Escolas Sem Partidos, que inclusive foi julgado pelo STF na ADI 5537/2020 como inconstitucional (STF, 2020).

Importante aqui ressaltar que a Constituição de 1988, em seu artigo 206, incisos II e III, baliza que o ensino terá entre seus princípios a liberdade de aprender, de ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; e o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas e de coexistência de instituições pública e privadas de ensino (BRASIL, 1988). Desse modo, verifica-se que os espaços do saber acadêmico se devem guiar e portar a partir da perspectiva do pluralismo de ideias.

Se é possível identificar certo combate à ideologia de espectro da esquerda por parte dos responsáveis pela gestão de educação do governo Bolsonaro, por outro lado, esta mesma gestão

pode ser caracterizada como anticientífica e conservadora. O Observatório da Democracia (2021, n.p.) afirma que a gestão do Governo Bolsonaro na educação, desde o primeiro momento, buscou

[...] impor à sociedade uma visão político-ideológica determinada por um pequeno grupo de intelectuais voltados para crenças e valores atrasados e conservadores, sustentados em visões ultrapassadas pelo desenvolvimento das ciências e da história humanas.

Corroborando esta análise Konder (2001, p. 27) indica que

[...] a ideologia conservadora atua de duas maneiras diversas: 1) em uma linha explicitamente antidemocrática, de oposição ao processo; e 2) em uma linha que declara sua adesão ao movimento de construção e aprimoramento da cidadania, porém de fato subordina o apoio à preservação de um controle feito por setores da elite.

Os elementos acima estão presentes na gestão Bolsonaro. Mesmo que estes atores possam sustentar uma perspectiva de que não possuem um caráter ideológico em suas ações, são explicitamente visíveis as representações sociais da gestão Bolsonaro, permeadas pelos elementos antidemocráticos, de conservadorismo e do ataque à ciência.

### 3.3 Estudantes universitários

Na dimensão “Estudantes Universitários”, foram criadas duas categorias nas quais se alocaram os registros que foram recorrentes. A primeira foi categorizada como “Atributos negativos” dos estudantes, para a qual foi possível identificar dois registros. Já na segunda, “Representantes da elite”, encontrou-se três ocorrências de trechos a ela relacionada.

Os atributos negativos encontrados nas falas dos membros responsáveis da gestão de educação do governo Bolsonaro são conspícuos no seguinte trecho da declaração do ex-presidente Jair Bolsonaro: "São uns idiotas úteis, uns imbecis, que estão sendo usados como massa de manobra de uma minoria espertalhona que compõe o núcleo de muitas universidades federais no Brasil" (F104), - veiculado na matéria do Jornal Folha de São Paulo do dia 15 de maio de 2019, - importa considerar e refletir que estes mesmos estudantes universitários, vistos como “massa de manobra”, são efetivamente agentes políticos em defesa dos seus interesses perante os ataques aos espaços universitários.

Vale lembrar que os estudantes universitários foram importantes atores políticos em diversos períodos de turbulência política brasileira. Resgata-se aqui, nesse sentido, a posição e o papel dos estudantes no regime militar e na discussão do *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor de Melo, no movimento que ficou conhecido como Caras Pintadas, como bem aponta Mische (1997).

Dialogando com os apontamentos de Mische (1997), nota-se também a confluência de semelhanças com relação à expansão de matrículas dos anos 60 e o posicionamento da categoria dos estudantes universitários naquele período, com a expansão ocorrida nas duas últimas décadas do século XXI e o papel que esta categoria social tem revelado no período de ataque às instituições universitárias.

Observa-se que os elementos da representação social, que os tomadores de decisão da gestão da educação do governo Bolsonaro sustentaram quanto aos estudantes universitários, dizem respeito a considerar que estes sujeitos são incapazes de ter uma posição acerca da sociedade em que vivem, como se fossem sujeitos acríticos que viriam a ser moldados pelo espectro da esquerda “que domina” as universidades. Tal postura da gestão Bolsonaro põe em xeque o lugar da universidade como um espaço de direito da população conquistado por meio de diversas lutas coletivas, bem como desconsidera as histórias de vida dos sujeitos que a ocupam, os contextos sociais dos estudantes, seus posicionamentos políticos e os lugares para os quais almejam ir.

A outra categoria que esteve presente na análise desta dimensão foi a perspectiva de uma universidade para poucos, que foi estabelecida enquanto categoria “Representantes da elite”.

Dois trechos evidenciam esta categoria, a saber: i) a fala do ex-ministro Ricardo Velez na qual afirma que as universidades deveriam “ficar reservadas para uma elite intelectual” (F1); e ii) a declaração do ex-ministro Milton Ribeiro de que a “universidade na verdade deveria ser para poucos nesse sentido de ser útil à sociedade” (F5), ambas publicadas na mesma matéria da Folha de São Paulo do dia 10 de agosto de 2021.

Aqui cabe retornarmos a perspectiva das transformações ocorridas no perfil universitário brasileiro, a partir de políticas públicas na implementadas na última década do século XXI. De acordo com Senkevics (2021) o ensino superior brasileiro pode ser caracterizado, no início dos anos 1990, como um sistema elitizado direcionado para segmentos da população mais ricas, frequentados majoritariamente por pessoas brancas. Os dados socioeconômicos deste período demonstram uma abissal diferença dos jovens que acessavam o ensino superior:

[...] enquanto 21% dos jovens do quinto com maior renda domiciliar *per capita* acessavam o ensino superior em 1993, entre os jovens dos dois quintos mais pobres, somados, essa proporção não passava de 1%. Por consequência, três em cada quatro jovens que acessavam o nível superior naquele momento pertenciam ao segmento mais rico (SENKEVICS, 2021, p. 203).

Dos anos 2000 em diante, as gestões do Governo Federal desenvolveram ações de investimento e expansão na política do ensino superior, por meio de programas como o FIES, PROUNI, REUNI, a política de cotas no ensino superior, entre outras. Essas políticas públicas tinham como objetivo a ampliação das vagas e o acesso ao ensino superior para as camadas historicamente renegadas nos direitos mais básicos de uma sociedade que se preze desenvolvida como a educação.

Tendo isto em vista, infere-se que a representação social dos atores aqui analisados, vislumbra a universidade como um espaço restrito a poucos, de validação da elite econômica que sempre governou o país, de forma que o conhecimento acadêmico não deve ser popularizado, mas sim elitizado.

Para estes sujeitos o ensino superior público figura como um espaço de privilégios e não de direitos, ou seja, os capitais sociais, econômicos, políticos, culturais e simbólicos estariam destinados a se concentrarem apenas nas mãos de uma parcela da população que se vê como “dirigentes do país” e para os seus filhos.

### 3.4 Perspectiva econômica sobre a universidade pública

Em relação à dimensão “Perspectiva econômica sobre a Universidade Pública”, foram sistematizadas as categorias “Repasse”, que discute o contingenciamento dos recursos destinados às universidades públicas, na qual alocou-se treze declarações dos atores investigados; e “Universidade paga”, que agregou as falas a respeito do pagamento do ensino superior nas universidades públicas por parte dos estudantes, sendo encontrados cinco registros.

A categoria “Repasse” foi a que obteve o maior quantitativo de registros entre todas as categorias analíticas elaboradas para esta pesquisa. Este dado parece sugerir que o elemento mais significativo de justificativa de ataque às universidades públicas, por parte dos responsáveis da gestão de educação do governo Bolsonaro, esteve relacionado às questões orçamentárias.

Ao verificar o histórico dos fatos acerca da redução do repasse às universidades públicas por parte da gestão Bolsonaro, identifica-se que o primeiro grande bloqueio que as universidades sofreram foi no ano de 2019. No período em questão o então Ministro Weintraub anunciou o bloqueio de verbas de três universidades: UNB, UFF, UFBA, com a justificativa de que estas universidades estavam promovendo “balbúrdia” nos seus respectivos *campi*. No entanto, horas depois de sua declaração repercutir negativamente na sociedade, o ministro

estendeu o bloqueio de verbas para todas as universidades com a justificativa de problemas orçamentários, como é possível verificar no trecho da entrevista abaixo, veiculada na matéria da Folha de São Paulo, do dia 09 de maio de 2019:

O Paulo Guedes [ministro da Economia] teve que fazer isso porque a lei manda a gente contingenciar, segurar um pouco, não cortar. Segurar um pouco os gastos, não só no Ministério da Educação, que eu sou responsável, mas em todos os ministérios a gente está segurando um pouco pra cumprir a lei, e não terminar que nem o governo anterior, que gastou mais, descumpriu a lei e gerou inflação (F18).

O mesmo discurso justificador, apontando para a necessidade de contingenciar recursos, também foi reiterado por declarações públicas do ex-presidente Jair Bolsonaro, como é possível perceber na seguinte fala deste autor, publicada no Jornal Folha de São Paulo, de 08 de maio de 2019: “Outros governos contingenciaram, cortaram recursos no linguajar popular. Ninguém vai cortar recursos da educação por maldade, é que nós não temos como pagar as dívidas que o Brasil tem, que são muito grandes, por isso esse contingenciamento” (F105).

Apesar destas declarações dos executores da gestão da educação do governo Bolsonaro buscarem desresponsabilizar a sua gestão quanto aos cortes de recursos para às universidades públicas, constata-se que essa ação faz parte de perspectiva específica sobre este nível de ensino adotado pelo governo aqui analisado. Referente ao ensino superior, Heringer (2021) aponta que o plano de governo do candidato Jair Bolsonaro já apresentava o não investimento para este nível de ensino, devendo as universidades buscar parcerias com a iniciativa privada. A autora verifica que a

[...] concepção sobre ensino superior [da gestão Bolsonaro] vai na direção oposta à expansão de políticas para a educação superior desenvolvidas durante os governos de Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), incluindo a criação de novas universidades públicas, novos campi em áreas não metropolitanas e bolsas para alunos de baixa renda em instituições de ensino superior privadas (HERINGER, 2021, n.p.).

Em consonância a esta constatação, Santos, Rossi e Carvalho (2021), - ao discutirem acerca da inter-relação entre orçamento, política e sociedade, - apresentam o equívoco de tratar as peças orçamentárias da gestão pública como instrumentos meramente de natureza técnica, sendo permeadas de decisões políticas. Para as autoras,

A relação entre orçamento e política ainda se mostra estrita quando falamos de modelo de desenvolvimento e de programas de governo que orientam a ação de gestores públicos. A definição de prioridades de investimento, a despeito de amarrações legais, espelha concepções políticas e projetos de sociedade (SANTOS; ROSSI; CARVALHO, 2021, p. 14).

Evidencia-se aqui a representação social quanto à função que o ensino superior deve ocupar no projeto de sociedade, defendido pela gestão Bolsonaro e cuja os principais executores

buscou invisibilizar ao construir os argumentos orçamentários para contingenciar os repasses para as universidades públicas. Esta representação tem como núcleo o fato de enxergar os repasses para as universidades como gastos a serem cortados e não como investimento em ciência e tecnologia, inclusive no período pandêmico.

Ao longo dos quatro anos do Governo Bolsonaro, a cada exercício financeiro, foi recorrente haver contingenciamento orçamentário que afetou em algum grau a manutenção dos serviços essenciais das universidades federais.

Importante ressaltar que a comunidade acadêmica e toda a sociedade reagiram ao bloqueio imposto pelo governo federal, de tal forma que ocorreram manifestações por várias cidades do país em defesa da educação e das universidades públicas.

Convém mencionar que os cortes orçamentários para o ensino superior já vinham ocorrendo desde governos anteriores, devido à crise fiscal do Estado Brasileiro, sendo intensificados a partir do Governo Temer. Este, um governo neoliberal, produto de um *impeachment*, com questionamentos sociais e legais da sua legitimidade.

O governo Temer estabeleceu um novo regime fiscal, inserindo um teto de gasto para as políticas sociais do país, que afetou, no primeiro momento, mais diretamente a educação e a saúde. Este novo regime fiscal pode ser visto como uma ação que aprofundou a perspectiva neoliberal no estado brasileiro. Neste sentido, no início do presente século, Santos já argumentava que (2011, p. 18)

a perda de prioridade na universidade pública nas políticas públicas do Estado foi, antes de mais, o resultado da perda geral de prioridade das políticas sociais (educação, saúde, previdência) induzida pelo modelo de desenvolvimento econômico conhecido por neoliberalismo ou globalização neoliberal que, a partir da década de 1980 se impôs internacionalmente.

Observa-se que a gestão Bolsonaro aprofunda os elementos neoliberais da gestão estatal, sendo inclusive até classificada como uma gestão ultraliberal. No que tange às universidades públicas, esta gestão intensificou os bloqueios de verbas para o ensino superior e apresentou uma alternativa de ideia de gestão para as universidades públicas. Trata-se do Projeto “Future-se”, apresentado pelo ministro Weintraub para o ensino superior público.

A ideia do Future-se era que as universidades buscassem investimentos privados para o seu devido funcionamento, o que se adéqua diretamente ao modelo neoliberal de pensar a educação. A esse respeito, Santos (2018, p. 85) argumenta que na perspectiva neoliberal

As políticas de pesquisa têm sido orientadas de modo a privilegiar a pesquisa nas áreas que interessam às empresas e à comercialização dos resultados da pesquisa. Os cortes

no financiamento público da universidade são vistos como ‘incentivos’ a que a universidade procure financiamentos privados, entre parcerias com a indústria, patenteie os seus resultados e desenvolva atividades de comercialização incluindo a comercialização da própria marca.

Paralelo a isso, constata-se que, na gestão Bolsonaro, houve também a redução de bolsas de pesquisa das agências de fomento, CAPES e CNPq, que financiam as pesquisas de iniciação científica, de mestrado, doutorado e pós-doutorado do país. Os ministros que estiveram à frente da gestão da educação não demonstravam apreço pelas universidades públicas. Nesse sentido, nota-se a passividade como os ministros aceitavam os contingenciamentos provenientes do Ministério da Economia, inclusive os validando.

Cumprir reconhecer como se dá a discussão orçamentária. A disputa orçamentária sempre existiu. Há sempre um orçamento limitado, que os ministérios querem angariar o recurso para suas pastas. Nesse sentido, em governos anteriores era perceptível a discussão dos ministros da educação com o Ministério da Fazenda, pleiteando por mais recursos para a política de expansão do ensino superior no Brasil.

O que se viu na gestão Bolsonaro foi uma conveniência total dos responsáveis pela gestão da educação com os cortes orçamentários para o ensino superior público propostos pela pasta econômica. O descaso com a pesquisa no país foi tamanho, ao ponto da não realização do censo brasileiro de 2020, no período previsto. Destaca-se que este é um importante instrumento de diagnóstico da realidade brasileira para o planejamento das políticas públicas a serem implementadas por todos os níveis de gestão.

A outra categoria que apontamos na perspectiva econômica foi denominada “universidade paga”. Especificamente o ex-ministro Weintraub deu declarações do que ele pensava acerca da cobrança de mensalidades nas universidades federais:

Cobrar dos alunos de graduação eu sou contra, porque é uma discussão que vai ser muito acalorada e a gente vai gastar uma energia gigantesca para poucos alunos que são de famílias ricas, mas que às vezes é de família rica e tem pai desnaturado (F26).

Mas eu acho que, se a gente focar na cobrança de pós-graduação, você não tem que discordar. Está lá o bonitão com o diploma de advogado querendo fazer o mestrado. E aí tem que pensar em pagar (F27).

Essas falas do ex-ministro se deram como respostas a questionamentos sobre a gratuidade do ensino superior público, haja visto que as ações de contingenciamento e a proposta do “Future-se” pareciam apontar para a possibilidade de cobrança de mensalidades nas universidades federais.

Apesar do ministro demonstrar em suas falas um posicionamento de que o ensino de graduação na universidade pública não seria cobrado, um partido da base aliada do governo

Bolsonaro apresentou a PEC 206/2019, na comissão de Constituição e Justiça, cujo objetivo era discutir a gratuidade do ensino superior. Ressalta-se que esta PEC não encontrou lastro político para sua tramitação perante a reação da sociedade civil organizada, em específico, os movimentos estudantis.

Como apontando anteriormente, em relação à configuração do ensino superior na atualidade, é possível identificar que “os ataques à educação do governo Jair Bolsonaro não o são à toa, fazem parte, também, de uma política de governos de direita que beneficiam a elite e o mercado econômico, em detrimento da classe trabalhadora” (OLIVEIRA; BEZERRA; BRAGA, 2021, p. 371). O que parece que se encontra em jogo são as perspectivas ideológicas acerca desta modalidade de ensino e a quem ela se destina.

### 3.5 Estigma

Na dimensão “Estigma”, buscou-se discutir quais foram as construções negativas demonstradas pelos responsáveis da gestão da educação do governo Bolsonaro acerca da universidade pública que podem ser caracterizadas como os elementos da representação social que essa gestão manifestava publicamente sobre as universidades federais.

Parte-se aqui de uma perspectiva goffmaniana que conceitua o estigma como “[...] um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos” (GOFFMAN, 2012a, p. 13). Ou seja, não se estigmatiza alguém ou um grupo apenas pelos atributos em si.

Goffman (2012a, p. 13) irá apontar que o estigma se trata de “[...] um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo [...]” que tem a sociedade como participante de seu processo de formação. Para Sirqueira e Cardoso (2011, p. 94) “[...] o processo de estigmatização não ocorre devido à existência do atributo em si, mas, pela relação incongruente entre os atributos e os estereótipos”. Neste sentido, esta incongruência entre os atributos e os estereótipos irão configurar uma identidade deteriorada que representa algo a ser socialmente evitado.

Obviamente que os atributos e os estereótipos que as pessoas têm dependerão dos esquemas que estas possuam. Os esquemas, por sua vez, são os elementos que organizam a vida humana e sua relação com a realidade, filtrando o real e construindo uma própria realidade para determinado grupo social (GOFFMAN, 2012b), fundamentando assim uma perspectiva ideológica sobre o mundo.

Para abordarmos a dimensão Estigma, então, procurou-se verificar quais atributos e estereótipos estavam presentes nas declarações dos atores investigados, além de estabelecer categorias internas que agregassem os discursos dos atores. Foram identificadas três categorias com unidades de registro correspondentes. A primeira categoria foi denominada “Drogas”, que contabilizou quatro registros. A segunda categoria nomeou-se como “Desordem”, obtendo também quatro registros. E por fim a categoria “Improdutividade”, na qual se verificou a ocorrência de cinco registros.

Quase que a totalidade das falas alocadas nesta dimensão foram emitidas pelo ex-ministro Weintraub. Do total de treze ocorrências aqui agregadas, doze foram pronunciadas por este ator. A declaração restante foi do ex-presidente Bolsonaro.

Em relação à categoria “Drogas” o ex-ministro afirmou que as universidades federais são locais de plantação e consumo de maconha e, conseqüentemente, se configuram como um lugar inseguro para o convívio social. De forma que o termo drogas foi utilizado para estigmatizar os espaços universitários, como pode se verificar nos seguintes trechos:

Se o país proíbe o consumo de drogas, a universidade não pode ser área livre para consumo de drogas (F57).

O problema não é plantação [de maconha] em si, é o que ela reflete. O que eu quero para meus filhos é um ambiente seguro (F87).

A respeito das declarações do ex-ministro sobre as universidades possuírem plantações de maconha, a União foi condenada a pagar uma indenização no valor de R\$ 50 mil à sociedade, recurso esse a ser alocado no fundo dos direitos difusos (CAMARGO, 2020).

Quanto a categoria “Desordem” as declarações representaram as universidades federais como espaço de bagunça, de “balbúrdia”, de gente pelada, de sujeira, entre outras. Estas questões são perceptíveis das falas abaixo:

A universidade deve estar com sobra de dinheiro para fazer bagunça e evento ridículo (F11).

universidades que, em vez de procurar melhorar o desempenho acadêmico, estiverem fazendo balbúrdia terão verbas reduzidas (F31).

Na dimensão Estigma se percebe nitidamente os elementos constitutivos da representação social da universidade pública para os tomadores de decisão da gestão de educação do governo Bolsonaro. Encontram-se aqui os elementos de tornar a universidade pública uma instituição a ser combatida, a ser desprezada, um espaço político que não vale à

pena realizar investimento, porque ali se encontram desordem, “balbúrdia”, gente pelada, drogas, etc.

Afirma-se aqui que o elemento balizador da representação social desta gestão acerca das universidades federais está no estigma. A “balbúrdia” é a grande representação social do governo Bolsonaro sobre as universidades públicas. Explicitamente este foi o senso comum sobre o ensino superior público que se buscou divulgar e consolidar na sociedade.

Em uma sociedade polarizada, com elementos conservadores, - que elegeu uma gestão a partir de notícias falsas como a “mamadeira de piroca”, - percebe-se os tensionamentos que fazem com que os elementos básicos para a real construção da representação social da universidade pública do governo Bolsonaro para a população seja a “balbúrdia”.

Já na categoria “Improdutividade”, as declarações do ex-ministro e do ex-presidente questionaram a capacidade de as universidades federais produzirem ciência de qualidade, contrapondo aos conhecimentos científicos produzidos nas universidades privadas, como se verifica nos trechos a seguir:

A lição de casa precisa estar feita: publicação científica, avaliações em dia, estar bem no *ranking* (F12).

poucas universidades têm pesquisa, e, dessas poucas, a grande parte está na iniciativa privada, como a Mackenzie em São Paulo (F108).

Em contraponto ao posicionamento dos responsáveis pela gestão da educação do governo Bolsonaro quanto à produtividade das universidades federais, Marques (2021, p. 34) aponta que

O Brasil tem uma produção científica relevante no mundo, e essa produção se deve às universidades públicas. Além disso, esses rankings de produção científica não capturam todo o impacto das universidades públicas, como a formação de mão de obra qualificada e a solução de problemas locais, através de atividades de extensão universitária.

A capacidade produtiva e de transformação da sociedade que as universidades públicas carregam são postas em xeque por agregarem uma “militância de esquerda” e por serem ocupadas, na atualidade, por parcelas da população que sempre estiveram alijadas do ensino superior público.

Buscamos demonstrar as representações sociais presentes nos discursos dos tomadores de decisão da gestão de educação do Governo Bolsonaro ao longo dos três primeiros anos e evidenciar a ausência de políticas públicas para educação superior no período em telam associada a sucessivos cortes nos orçamentos destinados às universidades públicas do país.

## **IV. Considerações Finais**

Um dos motes centrais deste trabalho foi evidenciar como as ideias importam na gestão pública, no sentido de que as políticas públicas são afetadas pelas perspectivas ideológicas de cada gestão. Para tanto, se investigou quais as representações sociais que os principais atores do governo Bolsonaro, na gestão da Educação, construíram a respeito do ensino superior ao longo dos três primeiros anos de governo.

No intuito de alcançar os objetivos aqui postos, o resgate do panorama do ensino superior brasileiro, bem como suas configurações e tensões atuais, juntamente com a reflexão teórica da importância das ideias para o processo de produção de políticas públicas, levaram à escolha do constructo teórico das representações sociais como ferramental operacional para conduzir a pesquisa. Esses elementos, em diálogo com os dados produzidos por esta investigação, permitiram construir um modelo analítico das representações da gestão de educação do governo Bolsonaro a partir de cinco dimensões, a saber: autonomia universitária; ideologias presentes na universidade; estudantes universitários; perspectiva econômica sobre as universidades públicas; e estigma.

Enquanto procedimento metodológico, a teoria das representações sociais e a análise documental deram lastro para a escolha dos tomadores de decisão da gestão de educação do governo Bolsonaro como um grupo de pessoas ideologicamente alinhadas. Como também, para a definição das falas públicas veiculadas em jornal de grande circulação como foco investigativo da pesquisa, direcionando a escolha de um veículo de comunicação de massa, o Jornal Folha de São Paulo, para a identificação das declarações dos burocratas de alto escalão aqui definidos.

A construção e análise do corpus da pesquisa, por meio do procedimento de análise de conteúdo, levaram à identificação de nove categorias temáticas, cada uma delas vinculadas às dimensões acima apontadas.

Na categoria “Escolha do reitor”, pertencente à dimensão “autonomia universitária”, verificou-se que falas dos atores possuem elementos de representações sociais que levam à percepção de que as universidades públicas são locais que privilegiam em seus quadros de gestão um espectro ideológico ao qual os responsáveis da gestão de educação do governo não reconhecem como legítima.

Resultado semelhante foi encontrado na categoria “ideologia política partidária”, que fez parte da dimensão “ideologias presentes na universidade”, onde se constatou que, para os principais executores da gestão de educação do governo Bolsonaro, as universidades públicas federais têm como ideologia política partidária os partidos no espectro da esquerda.

Ao partirem dessas representações de que as universidades são um braço da esquerda, a gestão Bolsonaro viu estas instituições como um inimigo a ser destruído, criando assim uma guerra cultural/ideológica na sociedade contra as universidades federais, que afetou o funcionamento das universidades públicas em todo o país durante seu período de gestão.

Quanto às categorias “atributos negativos” e “representantes da elite”, ambas da dimensão “estudantes universitários”, o grupo gestor compreende os mesmos como sujeitos acrílicos que viriam a ser moldados pelo espectro da esquerda “que domina” as universidades e que a universidade deve ser um espaço restrito a poucos, respectivamente.

Nas categorias “repasso” e “universidade paga”, da dimensão “perspectiva econômica sobre a universidade pública”, as declarações dos atores revelam que os responsáveis pela gestão de educação do governo Bolsonaro enxergam os repasses para as universidades como gastos a serem cortados e não como investimento em ciência e tecnologia.

Os atributos e os estereótipos sobre as universidades públicas, presentes nas falas dos atores investigados, permitiram identificar as categorias “drogas”, “desordem” e “improdutividade”, dentro da dimensão “estigma”.

Foi possível afirmar que a “balbúrdia” se configurou como a grande representação social do governo Bolsonaro sobre as universidades públicas, de forma tal que o elemento balizador das representações sociais desta gestão acerca das universidades federais pode ser encontrado na dimensão estigma. A análise de todas as categorias acima sintetizadas tornou explicitamente visível que as representações sociais da gestão Bolsonaro sobre as universidades públicas são permeadas de elementos antidemocráticos, de conservadorismo e do ataque à ciência.

Foi colocada aqui uma lupa sobre o ensino superior, mas percebe-se que essa visão de mundo conservadora e ultraliberal da gestão Bolsonaro foi expressão singular, tensionou a todo tempo o pacto social constitucional brasileiro vigente e afetou todas as demais políticas, vide a política de saúde e ações em período pandêmico; vide a política de direitos humanos e a situação dos povos indígenas; entre outras.

A gestão Bolsonaro foi marcada pela desconstrução de diversas conquistas, a partir de uma visão ideológica da sociedade. O intuito desta produção foi evidenciar que estas ideologias importam, foi de visibilizar que a ação estatal é permeada e guiada pelas ideias que seus atores possuem sobre o mundo.

No escopo desta investigação, o entendimento das representações sociais dos tomadores de decisão da gestão da educação do governo Bolsonaro foi uma forma de apontar as marcas que fenômenos como este, da extrema direita, deixam na sociedade e, quem sabe, poder elaborar estratégias para evitar que fenômenos semelhantes voltem a acontecer no futuro.

Diante de uma sociedade polarizada, enviesada por questões ideológicas muitas vezes conturbadas, os espaços do conhecimento, reflexão e da ciência, que são as universidades públicas, tenderam a serem vistos como inimigos dos valores conservadores defendidos pela gestão Bolsonaro.

Observa-se que a universidade tem o papel significativo na produção do conhecimento crítico e em ser um espaço para o pluralismo de ideias. Por mais que se tenha a representação social da gestão aqui analisada, de ser a universidade pública um espaço do espectro da esquerda, o que se verifica é que na universidade se tem uma pluralidade de ideias em constante debate. Como aponta Santos (2011, p. 44) “o conhecimento pluriversitário substitui a unilateralidade pela interatividade, uma interatividade enormemente potenciada pela revolução nas tecnologias de informação e de comunicação”.

Faz-se necessário a defesa da universidade como um bem público a ser preservado e ampliado; como um espaço para se exercitar o pensamento crítico e para construir o conhecimento científico plural.

## Referências

- ALEXANDRE, Marcos. Representação social: uma genealogia do conceito. **Comum**, v. 10, n. 23, p. 122-138, jul.-dez. 2004. Disponível em: <[https://www.sinpro-rio.org.br/site/admin/assets/uploads/files/7e657-gomes\\_marcos-alexandre-de-souza-representacao-social\\_-uma-genealogia-do-conceito-comum-23.pdf](https://www.sinpro-rio.org.br/site/admin/assets/uploads/files/7e657-gomes_marcos-alexandre-de-souza-representacao-social_-uma-genealogia-do-conceito-comum-23.pdf)>. Acesso em: 18 jul. 2022.
- ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. Representações Sociais: aspectos teóricos e aplicações à educação. **Revista Múltiplas Leituras**, v. 01, n. 01, p. 18-43, jan.-jun. 2008. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/ML/article/view/1169>>. Acesso em: 18 jul. 2022.
- AMARAL, Nelson Cardoso. As Universidades Federais brasileiras sob ataque do Governo Bolsonaro. **Propuesta Educativa**, ano 28, n. 52, p. 127-138, nov. 2019.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRASIL. **Lei n. 5.540**, de 28 de novembro de 1968. Brasília: 1968. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/15540.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15540.htm)>. Acesso em: 03 abr. 2023.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, de 05 de outubro de 1988. Brasília: 1988. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 18 jun. 2022.
- BRASIL. **Lei n. 9.192**, de 21 de dezembro de 1995. Altera dispositivos da Lei n. 5.540/68. Brasília: 1995. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19192.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19192.htm)>. Acesso em: 03 abr. 2023.
- BRASIL. **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)>. Acesso em: 18 jun. 2022.
- BRASIL. **Lei n. 12.711**, de 29 de agosto de 2012. Brasília: 2012. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm)>. Acesso em: 18 jun. 2022.
- BRASIL. **Emenda Constitucional n. 95**, de 15 de dezembro de 2016. Novo Regime Fiscal. Brasília: 2016. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm)>. Acesso em: 18 de jun. 2022.
- CALADO, Sílvia dos Santos; FERREIRA, Sílvia Cristina dos Reis. Análise de documentos: método de recolhe e análise de dados. **Metodologia da Investigação I**, DEFCUL, 2004. Disponível em: <<http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/ichagas/mi1/analisedocumentos.pdf>>. Acesso em: 28 de out. 2019.
- CAMARGO, Marcelo. Por fala de Weintraub sobre universidades, União é condenada em R\$ 50 mil. **ConJur**, 31 jul. 2020. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2020-jul-31/weintraub-uniao-condenada-50-mil>>. Acesso em: 30 abr. 2023.

- CUNHA, Luiz Antônio. Ensino Superior e Universidade no Brasil. In: Elaine Marta Teixeira Lopes, Luciano Mendes Faria Filho e Cynthia Greive Veiga (orgs). **500 anos de educação no Brasil**, Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 151-204.
- DUVEEN, Gerard. Introdução: o poder das ideias. In: MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2015, p. 7-28.
- FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Ideias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, p. 21-29, fev. 2003.
- FONAPRACE. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES - 2018**, Brasília, 2019. Disponível em: <<https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2021/07/Clique-aqui-para-acessar-o-arquivo-completo.-1.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2022.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada** 4. ed. Rio de Janeiro, LTC, 2012a.
- GOFFMAN, Erving. Esquemas primários. In: GOFFMAN, Erving. **Os Quadros da Experiência Social: uma perspectiva de análise**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2012b.
- HERINGER, Rosana Rodrigues. Políticas para a educação superior nos dois primeiros anos do governo Bolsonaro. **Heinrich Böll Stiftung**, 27 fev. 2021. Disponível em: <<https://br.boell.org/pt-br/2021/02/27/politicas-para-educacao-superior-publica-nos-dois-primeiros-anos-do-governo-bolsonaro>>. Acesso em: 26 set. 2021.
- IBGE. Desigualdades Sociais por cor ou raça no Brasil. **Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica**, n. 41, 2019.
- MARTINS, Antonio Carlos Pereira. Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. **Acta Cirúrgica Brasileira**, São Paulo, v. 17, supl. 03, p. 04-06, 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-86502002000900001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-86502002000900001&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 12 dez. 2020.
- KONDER, Leandro. Ideologia e política. **Revista USP**, São Paulo, n. 49, p. 24-29, mar.-maio 2001.
- MARQUES, Felipe Tumenas. Derrubando mitos sobre as universidades pública brasileiras. In: ROSSI, Renata Alvarez; TUDE, João Martins (orgs.). **Universidades Federais: significados e efeitos**. Salvador: Escola de Administração da UFBA, 2021, p. 33-36.
- MEDEIROS, Danilo Custódio de; RIBEIRO, Elisa Antonia. Expansão da educação superior no Brasil na última década: surgimento de um novo cenário de acesso? **Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica**, v. 01, n. 18, jan. 2020.
- MISCHE, Ann. De estudantes a cidadãos: rede de jovens e participação política. **Revista Brasileira de Educação**, n. 05, n.05-06, p.134-150, 1997. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/42959/mod\\_resource/content/1/Semin%C3%A1rio%20Mische.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/42959/mod_resource/content/1/Semin%C3%A1rio%20Mische.pdf)>. Acesso em: 22 abr. 2023.
- MOREIRA, Sonia Virgínia. Análise documental como método e como técnica. In: DUARTE, Jorge e BARROS, Antônio (orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**, 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008, p. 269-279.
- MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2015.

- NOGUEIRA, K.; GRILLO, M. D. Teoria das Representações Sociais: história, processos e abordagens. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 9, p. 01-17, 2020. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/6756>>. Acesso em: 18 jul. 2022.
- OBSERVATÓRIO DA DEMOCRACIA. As Políticas para a Educação 2019/2020. **Observatório da Democracia**, 09 abr. 2021. Disponível em: <<https://observatoriodademocracia.org.br/2021/04/09/as-politicas-publicas-para-a-educacao-2019-2020/>>. Acesso em: 26 set. 2021.
- OLIVEIRA, Samara Taveira de; BEZERRA, José Eudes Baima; BRAGA, Maria Margarete Sampaio de Carvalho. O ensino superior no Brasil e os interesses de classe entre as décadas de 1970 e os dias atuais: quem teve direito de acesso? **e-Curriculum**, v. 19, n. 01, p. 368-389, jan.-mar. 2021. Disponível em: <[http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-38762021000100368&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-38762021000100368&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 18 jul. 2022.
- PARENTONI, Fernando da Costa *et al.* **Intervenções nas instituições federais de ensino: reitoras e reitores eleitos e não empossados - nossa luta, nossa história.** Campos dos Goytacazes: Encontrografia Editora. 2022. Disponível em: <[https://encontrografia.com/wp-content/uploads/2022/12/ebook\\_Intervencoes-nas-instituicoes-federais.pdf](https://encontrografia.com/wp-content/uploads/2022/12/ebook_Intervencoes-nas-instituicoes-federais.pdf)>. Acesso em: 03 abr. 2023.
- ROMEO, Christiane Itabaiana Martins; FERREIRA, Lier Pires; WEBER, Ricardo Basílio. A construção social do ensino superior no Brasil. De que forma começamos e como estamos hoje? **[SYN]THESIS**, v. 10, n. 01, p. 22-30, jan.-jun. 2017. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/synthesis/article/view/47109>>. Acesso em: 18 jul. 2022.
- ROSINKE, João Germano *et al.* A participação dos Institutos Federais na Interiorização da Educação Superior Presencial no Brasil. **Research, Society and Development**, v. 09, n. 01, p. 01-16, 2020.
- SALATA, André. Ensino Superior no Brasil das últimas décadas: redução nas desigualdades de acesso? **Tempo Social**, v. 30, n. 02, p. 219-253, maio-ago. 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ts/a/WJjnYYS6fDhpDgMFVzqbP7L/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 18 jul. 2022.
- SANTOS, Boaventura de Souza. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- SANTOS, Gilberto Lima dos; CHAVES, Antônio Marcos. Ser quilombola: representações sociais de habitantes de uma comunidade negra. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 24, n. 03, p. 353-361, jul.-set. 2007.
- SANTOS, Maria Elisabete dos; ROSSI, Renata Alvarez; CARVALHO, Simone Maria Lima de. Orçamento, Política e Universidade. In: ROSSI, Renata Alvarez; TUDE, João Martins (orgs.). **Universidades Federais: significados e efeitos.** Salvador: Escola de Administração da UFBA, 2021, p. 13-22.
- SAVIANI, Demerval. A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades. **Póiesis Pedagógica**, v. 08, n. 02, p. 4-17, ago.-dez. 2010.
- SENKEVICS, Adriano Souza. A expansão recente do ensino superior: cinco tendências de 1991 a 2020. **Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais**, v. 03, n. 04, p. 199-246, 2021. Disponível em: <<http://cadernosdeestudos.inep.gov.br/ojs3/index.php/cadernos/article/view/4892/3887>>. Acesso em: 18 jul. 2022

SIQUERIA, Ranyella; CARDOSO, Hélio. O conceito de estigma como processo social: uma aproximação teórica a partir da literatura norte-americana. **Imagonautas**, v. 2, n. 1, p. 92-113, 2011.

STF. **ADI 5.537**, de 17 de setembro de 2020. Brasília: 2020. Disponível em: <<https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur431849/false>>. Acesso em: 26 abr. 2023.

## **Apêndice 1: Notícias veiculadas pela Folha de São Paulo com falas dos responsáveis da gestão da Educação no Governo Bolsonaro**

### **"Ricardo Vélez" & "Universidade Pública"**

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/08/universidade-deveria-ser-para-poucos-diz-ministro-da-educacao-de-bolsonaro.shtml>

A declaração é semelhante à que deu em 2019, ao jornal Valor Econômico, o primeiro titular do MEC do governo Bolsonaro. Na ocasião, Ricardo Vélez disse que as universidades deveriam “ficar reservadas para uma elite intelectual”.

### **"Milton Ribeiro" & "Universidades Federais "**

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/08/mec-intervem-na-unifesp-e-muda-procurador-da-universidade-a-revelia-da-reitoria.shtml>

Em entrevista veiculada nesta segunda-feira (9) na TV Brasil, Milton Ribeiro defendeu a triagem ideológica para as nomeações nas instituições de ensino superior ligadas ao governo federal

"As universidades federais não podem se tornar um comitê político do partido A, nem de direita, mas muito menos de esquerda", disse.

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/08/universidade-deveria-ser-para-poucos-diz-ministro-da-educacao-de-bolsonaro.shtml>

O ministro da Educação, Milton Ribeiro, afirmou na noite desta segunda-feira (9) que a universidade deve ser para poucos. A declaração foi dada no programa Sem Censura, da TV Brasil, no qual o ministro também disse ter tomado um susto ao saber de algumas das atribuições do MEC (Ministério da Educação) quando assumiu o cargo no governo Jair Bolsonaro (sem partido) no ano passado.

Indagado sobre os institutos federais de educação, ciência e tecnologia, ele afirmou que serão as “vedetes do futuro”.

“Com todo o respeito que tenho aos motoristas, é uma profissão muito digna, mas tem muito engenheiro, muito advogado dirigindo Uber porque não consegue colocação devida. Mas se ele fosse um técnico em informática estaria empregado, porque há uma demanda muito grande”, disse.

“Então acho que o futuro são os institutos federais, como é na Alemanha. Na Alemanha são poucos os que fazem universidade, universidade na verdade deveria ser para poucos nesse sentido de ser útil à sociedade”, afirmou.

A declaração é semelhante à que deu em 2019, ao jornal Valor Econômico, o primeiro titular do MEC do governo Bolsonaro. Na ocasião, Ricardo Vélez disse que as universidades deveriam “ficar reservadas para uma elite intelectual”.

Na entrevista desta segunda-feira, Ribeiro disse também não ver problema em jovens “filhinhos de papai” ocuparem vagas das universidades públicas.

Após citar a Lei de Cotas, o ministro lembrou que 50% das vagas das federais são reservadas a alunos de escolas públicas e as demais, segundo ele, vão para alunos com melhores condições.

“O que também eu acho justo, considerando que os pais desses meninos tidos como filhinhos de papai são aqueles que pagam os impostos no Brasil que sustentam bem ou mal a universidade pública”, afirmou.

Os institutos federais elogiados pelo ministro foram criados em 2008, no governo Lula, a partir de escolas federais de ensino técnico já existentes. Eles oferecem cursos tecnológicos profissionalizantes de nível médio e superior.

Na entrevista, Ribeiro se referiu a eles como uma boa descoberta no cargo. “Quando eu cheguei lá [no MEC], outra surpresa que eu tive é que nós temos 38 institutos que faziam um trabalho extraordinário” Não foi a única surpresa que Ribeiro, ex-reitor do Mackenzie, disse ter tido ao virar ministro. “Quando eu cheguei no MEC, tomei um susto. A maior parte da população brasileira não sabe que eu administro 50 hospitais universitários através da Ebserh (Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares), que eu tenho que organizar, sem poder interferir, o ensino público para mais de 40 milhões de estudantes em todo o Brasil”

Alinhado com a agenda ideológica de Bolsonaro, Ribeiro disse também que um reitor das universidades federais “não precisa ser bolsonarista, mas não pode ser esquerdista, não pode ser lulista”.

“As universidades federais não podem se tornar um comitê político do partido A, nem de direita, mas muito menos de esquerda”

Desde que assumiu a Presidência, Bolsonaro desconsiderou o primeiro colocado da lista tríplice das universidades em 40% dos casos ao escolher o reitor. Ribeiro disse já ter levado dez reitores para visitar o presidente.

### **"Abraham Weintraub" & "Universidades Federais"**

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/04/capes-admite-erro-que-cortou-6000-bolsas-apos-criar-novo-modelo-de-concessao.shtml>

Na quarta-feira (1º), o ministro afirmou que houve aumento de bolsas. Ele culpou a imprensa e a esquerda por criarem mentiras.

"No dia da mentira, mídia/esquerda continuam contando mentiras! Não houve corte no total de bolsas ou interrupção nas que estão em andamento", escreveu ele no Twitter.

"Cursos bem avaliados ganharam bolsas. No total, houve um aumento de 6.000 novas bolsas, sendo 2.600 para estudar epidemias (coronavírus)".

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/12/ideologia-polemica-e-paralisia-marcam-mec-sob-abraham-weintraub.shtml>

Mas foi o ensino superior o principal foco de polêmicas envolvendo Weintraub, cuja estreia foi marcada pela declaração de que cortaria verbas de universidades federais que promovessem "balbúrdia" (bagunça).

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/12/weintraub-reafirma-que-federais-sao-centros-de-drogas-e-que-isso-e-reflexo-de-uso-desenfreado.shtml>

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, reafirmou nesta quarta-feira (11) em audiência na Câmara que universidades federais são locais de plantações de maconha, abrindo uma discussão acalorada com parlamentares.

Segundo ele, "as plantações de maconha são reflexo de um consumo desenfreado nas universidades". A declaração foi dada logo no início de sua fala, quando se iniciou discussões.

O ministro foi convocado na Comissão de Educação da Câmara para explicar ataques recentes feitos a universidades federais. O ministro acusou, em entrevista concedida em novembro, a existência de supostas "plantações extensivas de maconha" nas instituições e disse que laboratórios universitários seriam usados na produção de drogas sintéticas.

"Peço que leve a sério esse assunto. O assunto é sério, é a vida de jovens", disse o ministro quando congressistas de oposição começaram a fazer comentários críticos.

"Esse é o ambiente das universidades", disse, enquanto as reportagens eram transmitidas. "Tudo pichado, tudo sujo", completou, ao comentar imagens de espaços estudantis. "O problema não é plantação em si, é o que ela reflete. O que eu quero para meus filhos é um ambiente seguro", disse.

O ministro afirmou ainda que não acusou reitores e quis apenas expor a situação. Ele voltou ainda a defender a atuação da Polícia Militar nas universidades: "Pode ensinar o que quiser, falar de Karl Marx, não tem problema. Agora, a PM [Polícia Militar] tem que entrar nos campi."

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/12/reitores-vaio-a-justica-para-que-weintraub-prove-falas-sobre-droga-em-universidades.shtml>

Em entrevista ao Jornal da Cidade no último dia 21, Weintraub declarou: “Você tem plantações extensivas, e não três pés de maconha, mas plantações extensivas de maconha em algumas universidades. A ponto de ter borrifador de agrotóxico. Porque orgânico é bom contra a soja, para não ter agroindústria no Brasil, e para a maconha deles querem tudo que é tecnologia à disposição.”

A associação demanda ainda explicações sobre a afirmação do ministro, na mesma entrevista em que falou das plantações, de que "foi criada uma falácia de que as universidades federais precisam ter autonomia", uma vez que a autonomia está prevista na Constituição.

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/11/casos-de-drogas-citados-por-weintraub-nao-tem-elo-com-universidades-federais.shtml>

“Você tem plantações extensivas, e não três pés de maconha, mas plantações extensivas de maconha em algumas universidades. A ponto de ter borrifador de agrotóxico. Porque orgânico é bom contra a soja, para não ter agroindústria no Brasil, e para a maconha deles querem tudo que é tecnologia à disposição”, disse na entrevista.

O ataque não foi o único do ministro a visar as universidades públicas nesta semana. Em entrevista ao jornal Gazeta do Povo, Weintraub afirmou que, nos centros de ensino, foi criada “uma máquina, um mecanismo, a serviço de movimentos políticos”.

Na entrevista, o ministro volta a criticar o educador Paulo Freire, a quem se referiu como “vodu”, e diz que o MEC deveria ser o ministério do ensino, e não o da educação: “Quem educa é o pai, a mãe, o tio, o avô. É alguém. A gente ensina a ler e escrever”.

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/11/weintraub-mira-pt-esquerda-e-imprensa-em-intensa-participacao-em-redes-sociais.shtml>

Weintraub, que é professor da Unifesp (Universidade Federal de São Paulo), também mira as universidades federais. Em entrevista gravada, divulgada nesta semana, disse haver “plantações extensivas de maconha” e alegou que laboratórios de química seriam usados para fabricação de drogas sintéticas.

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/09/brasil-amplia-participacao-em-ranking-internacional-de-universidades-mas-fica-fora-dos-200-melhores.shtml>

Weintraub voltou a minimizar o desempenho das instituições brasileiras. "Quanto ao Brasil estar em sétimo lugar [em número de universidades listadas], é [reflexo do] tamanho da população. Se pegar entre as 100 melhores e entre as 200 melhores, o Brasil não consta com nenhuma universidade."

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/08/governo-bolsonaro-estuda-mandar-medida-provisoria-para-aprovar-future-se.shtml>

O plano inicial do governo era que o programa chegasse ao parlamento por meio de projeto de lei, que tem tramitação mais lenta e permite maior debate. Já a medida provisória começa a valer a partir do momento de sua edição, tendo que ser aprovada pelo Congresso com prazo mais curto. "Eu gostaria de mandar projeto de lei, mas [com a medida provisória] existe um ganho de alguns meses para as universidades que quiserem aderir", disse o ministro em audiência na Comissão de Finanças e Tributação na Câmara na manhã desta quarta.

Weintraub e o secretário de ensino superior do MEC, Arnaldo Barbosa de Lima Júnior, falaram na comissão durante a manhã desta quarta. Segundo Weintraub, a liberação de recursos próprios das universidades, previsto no projeto, pode ter impacto de curto prazo. Hoje os valores arrecadados pelas instituições vão para o caixa do governo e são passíveis de contingenciamento. "Vamos salvar as universidades. Elas estão morrendo asfixiadas", disse o ministro.

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/07/mec-diz-repudiar-violencia-apos-discussao-de-weintraub-com-manifestantes.shtml>

O bloqueio de 30% seria praticado para a UnB, Ufba e UFF. O ministro indicou, em entrevista ao jornal O Estado de S.Paulo, que se tratava de uma retaliação a atividades políticas ocorridas dentro dessas unidades, o que ele havia chamado de "balbúrdia", e ao que considerou como fraco rendimento acadêmico.

"A universidade deve estar com sobra de dinheiro para fazer bagunça e evento ridículo", disse ele, dando como exemplo de bagunça a presença de sem-terra e "gente pelada" dentro do campus. "A lição de casa precisa estar feita: publicação científica, avaliações em dia, estar bem no ranking", completou.

Para sustentar a argumentação de que o governo não está fazendo corte, mas contingenciando os recursos, ele reservou parte dos chocolates e disse que eles devem ser guardados para serem comidos depois.

"A gente não está falando pra pessoa que a gente vai cortar. Não está cortado. Deixa pra comer depois de setembro. É só isso que a gente está pedindo. Isso é segurar um pouco. Agora eu me pergunto, senhor

presidente, o senhor já passou por uma situação dessa? Um imprevisto, uma dificuldade na vida, e falou assim: segura um pouco. Se alguém falasse assim, três chocolatinhos e meio, 3,5% dos 100, 3,5% segura, porque o salário está integralmente preservado e pago no dia. A gente tem todo auxílio aos alunos pago, e agora ficam espalhando que a gente está fechando tudo", disse.

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/07/ministro-da-educacao-quer-contratar-professor-sem-concurso-em-universidades.shtml>

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, quer separar o que considera o joio do trigo nas universidades brasileiras. Dois dias depois do anúncio de um novo programa para o ensino superior, Weintraub recebeu o UOL em seu gabinete para explicar pontos do projeto. Segundo ele, o novo projeto trará liberdades e autonomia para as instituições e diz estar aberto ao diálogo com a sociedade.

"A gente não está acabando com a universidade pública e muito menos privatizando. Estamos, sim, dando mais liberdade", afirma Weintraub.

Como o senhor avalia a repercussão do anúncio do novo programa entre reitores e especialistas de educação?

"Eu acho que foi bem positivo. A gente tem conversado com todos os reitores há bastante tempo. Não houve nenhuma crítica pontual a um assunto específico técnico. Quando aparece alguma crítica, ela tende a ter mais uma visão geral de que isso seria o fim da universidade pública no país e a privatização das federais. Que, numa primeira análise muito simples, a gente vê que é mentira, que a gente não está acabando com a universidade pública e muito menos privatizando. Estamos, sim, dando mais liberdade". Há uma crítica de que o programa pode privilegiar universidades que ficam em grandes centros urbanos, deixando em desvantagem as do interior. O que pode ser feito?

"Isso é verdade. Não dá para comparar o potencial, a atração econômica que você tem de uma Universidade Federal de São Paulo ou de uma Universidade Federal do Rio de Janeiro com uma universidade, por exemplo, do Acre.

A gente está atento a isso, por isso que as réguas e os patamares de desempenho não vão ser similares para todos. Mas alguns critérios, como a taxa de sucesso na manutenção do aluno que entra e passa no vestibular, serão iguais para todos. Por incrível que pareça, os piores desempenhos estão nas universidades do Sul. A gente acha que é perfeitamente contornável.

Uma outra coisa que é importante é não ter preconceito. Quando você, por exemplo, pensa: "mas uma universidade em Santarém não tem esse potencial", é o oposto. A gente falou com o reitor da Universidade Federal do Oeste do Pará, [que] fica em Santarém, na beira do rio Amazonas —a junção da água do Amazonas com o Tapajós—, e justamente lá é onde tem um potencial gigantesco. Empresas internacionais querem explorar a biodiversidade da Amazônia cientificamente, ou mesmo empresas nacionais, como Boticário e Natura".

A Andifes [Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior] disse que os reitores não foram consultados para a construção desse projeto. É verdade?

"Não é verdade que eles não foram consultados. É uma afirmação, se ela houve —eu não fiquei sabendo— mentirosa da Andifes. Nós temos prova material cabal de que os reitores estiveram aqui. Estiveram aqui para que o projeto fosse apresentado. Se essa afirmação aconteceu, que eu não tenho, não a vi, é uma afirmação mentirosa. [Procurada, a Andifes reiterou que desconhece a informação de que algum reitor tenha sido convidado para a formulação do programa]".

O MEC tem um plano de transição para as universidades que decidirem aderir ao programa?

"A gente tem o plano todo fechado, mas não estamos impondo absolutamente nada. A gente abriu consulta pública. Caso tenha alguma sugestão, pode encaminhar.

Nosso objetivo, ao final, é colocar as universidades brasileiras em um patamar que as permita competir, gerar riqueza, bem-estar, conhecimento, igual a um país que esteja na Europa, na América do Norte, Canadá, Austrália, Israel.

E, hoje, é importante ter em mente: as universidades federais brasileiras têm uma taxa de insucesso na formação do aluno muito grande. Mais da metade dos alunos que entram em uma universidade federal não se forma. [Dados do Censo da Educação Superior de 2015, os mais recentes sobre evasão no ensino superior, apontam que a taxa de desistência dos alunos chegou a 49% em 2014.] Isso é o dinheiro do pagador de imposto, no tocante à educação, jogado na privada. Quando o aluno não se forma, [o dinheiro] foi jogado na privada.

Na geração de conhecimento científico, é outra mentira que nós estamos no topo. É mentira isso. Nós estamos em 14º no mundo na produção física de papel acadêmico. Mas, quando a gente vê e pondera pela qualidade, isto é, em número de citações, a gente está em 78º dos 90 países do mundo que fazem a análise.

As nossas universidades têm muito trigo, têm muita coisa boa. Mas a média não está bem. Tem muito joio, principalmente quando a gente leva em conta o custo”.

Quais vão ser os critérios analisados para a distribuição de recursos do Future-se?

“Produção acadêmica que presta. Veja, a produção acadêmica tem que ter alguma citação, tem que ter alguma consequência, não só o papel escrito e timbrado. O paper tem que ser publicado em uma revista ranqueada, não pode ser em uma revista desprestigiada.

Outro critério: patentes. Outro critério: desempenho acadêmico puro. A gente quer criar também startups [empresas nascentes]. Que o aluno, que o aprendizado dele seja transformado em empreendimentos. Com startups, essa é a fronteira hoje das universidades lá fora. O aluno não sai buscando um emprego público ou privado. Ele aprende e vê como transformar esse aprendizado dele em bem-estar e riqueza. Então, são vários critérios. E, obviamente, a gente vai ter que cobrar uma melhora dos indicadores de performance na educação dos alunos. Mais de 50% de desistência está errado.

A gente tem toda a apresentação técnica dos pesos, dos critérios. Estamos no período de consulta pública para as universidades darem as sugestões, porque não é fechado, isso ainda pode ser modificado facilmente.

A gente começa com esses critérios. E esses critérios, "pô, tá muito pesado", vai mudando. Não é uma coisa estática, é uma coisa dinâmica.

Por exemplo, o ensino a distância, hoje, é fronteira. Por que não uma parte das aulas o aluno pode ter de professores da Universidade de Harvard, a distância —faz a prova local e recebe os créditos para se formar? Isso é uma possibilidade real que acho que agrega muito valor e conhecimento para os alunos. Em vez de ter aula com um professor que está lá, desatualizado, não preparou as aulas, não fez a coisa como deveria fazer, que acontece —existe um percentual de professores que não prepara aula. Ele [aluno] pode ter uma aula em Harvard, passa no exame e comprova que tem o conhecimento daquela matéria. Essa é uma realidade que a gente quer trazer para critérios objetivos”.

A proposta não limita onde as Organizações Sociais vão poder atuar dentro da estrutura das universidades. Qual vai ser o papel das OSs? Existe alguma área na estrutura da universidade em que uma OS não poderá atuar?

“A princípio, o Future-se é liberdade. Universidade é liberdade, tenho que ter liberdade para pesquisar, estudar, para fazer o que eu quero. Óbvio, desde cumpridas as leis do país, porque existe autonomia universitária e autonomia universitária não é soberania. Se o país proíbe o consumo de drogas, a universidade não pode ser área livre para consumo de drogas.

O projeto quer a liberdade para as pessoas poderem buscar parceria, criar, buscar patrocinadores. Fazer startups dentro do ambiente universitário. De uma forma institucional, legalizada, deixando uma parte do recurso com a sociedade, através da universidade, através do estado.

O projeto permite um maior grau de liberdade para você buscar essa fluidez com a sociedade. E não ser a torre de marfim que hoje ela é. Isso tem que ser um ambiente onde todo mundo consiga entrar, discutir. Um padeiro, por que não, entrar em uma universidade e discutir uma levedura nova para o pãozinho dele na padaria. Isso é uma coisa que uma startup de um estudante de química ou biologia pode ajudar. É isso que a gente quer, que um padeiro pense "pô, eu estou querendo desenvolver uma coisa nova, vou dar um pulo lá na federal". Uma costureira vai dizer, "ouvi falar de um tecido mais resistente a calor, ou que muda de cor, vou lá na federal ver o que posso fazer". E ela vai chegar nas incubadoras, vai falar com os alunos, e o aluno vai chamar um professor para tentar ajudar.

E por que você vai ter toda essa boa vontade —porque, se der certo, eles vão ganhar dinheiro com isso. O professor e o aluno. Separando o quê? O joio do trigo.

Tem gente que trabalha nas federais? Tem. Tem gente inteligente que cria coisas? Tem. Mas tem gente que está encostada lá, fazendo talvez coisas não adequadas para um ambiente público? Sim”.

Na prática, em que áreas as organizações sociais vão atuar especificamente?

“Parcerias”.

Com o quê, em que área? Gestão, ensino? As organizações sociais vão poder atuar na área de ensino das universidades?

“Na pós-graduação, pode. Hoje, você já pode. Hoje, a legislação de governos passados já permite a cobrança de pós-graduação para mestRADOS. Só que não sai do papel, porque o dinheiro entra e fica preso no Tesouro Nacional. Então você não tem um estímulo para o pessoal se mexer e correr atrás. E a gente quer quebrar isso através das OSs, permitindo que o dinheiro vá direto para quem gerar a receita e uma parte fica para a universidade.

Com isso a gente acha que consegue subir o critério, subir o montante de recursos captados para padrões lá [de] fora, das universidades públicas no exterior que fazem a mesma coisa. Quando você compara com América do Norte e Europa, você vê que de 30% a 80% dos recursos das universidades que são do estado vem de parcerias, vem de captação de recursos da iniciativa privada. Através de cobrança de curso de pós-graduação, de parceria, de patrocinador. Através de patronos. Um zilhão de coisas que as OSs vão poder fazer.

O objetivo, então —vamos fazer uma conta simples. Se nós tivermos o desempenho das piores universidades lá fora, públicas, a gente poderia aumentar o recurso para as nossas universidades em de R\$ 15 a R\$ 20 bilhões por ano”.

Mas a organização social vai ter autonomia para contratar professor universitário? Ela vai atuar nessa parte do ensino?

“Vai poder trazer professor de fora. Vai poder contratar, sim”.

Na graduação?

“Como é o caso da Ebserh [Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, que gerencia os hospitais universitários]. A gente não está inventando a roda. A gente está trazendo uma série de ideias que tem lá fora, adaptando a legislação brasileira e as características brasileiras, modernizando alguns aspectos e implementando.

A Ebserh é exatamente esse modelo. Os hospitais universitários, hoje, têm fila para se tornarem hospitais [da Ebserh].

Será que funciona? Na Ebserh funciona. A Ebserh está debaixo do MEC e a gente está simplesmente modernizando, ampliando e fortalecendo, no aspecto da gestão, o modelo da Ebserh, que funcionou, que é um sucesso. No começo, teve críticas retumbantes. "Ah, mas vão privatizar os hospitais universitários, vai ser o capitalista malvadão, vai faltar remédio nos hospitais universitários." Hoje é o oposto. Deu muito certo, aqueles críticos se calaram e hoje estão batendo na porta e falando: "Será que eu não posso entrar?"

Com as OSs tendo autonomia para trazer professores universitários de fora, isso faz com que eles venham sem concurso? Eles vão vir por regime CLT? Como vai funcionar?

Não, veja. Quem hoje é professor, para quem hoje está concursado, nada muda. Continua concursado, continua mantido, continua absolutamente como está. Quero trazer um professor de Harvard para dar aula durante um tempo. A OS permite fazer isso. Quero contratar uma pessoa via CLT. A OS permite fazer isso, como o modelo da Ebserh permite fazer isso. Mas o modelo da Ebserh não transforma o funcionário em um funcionário da iniciativa privada. É simplesmente o modelo da contratação.

O receio dos reitores é de que, apesar de o programa ser de adesão voluntária, implique repasse menor de verbas. O MEC considera essa possibilidade?

A princípio, não. A gente não tem intenção nenhuma de reduzir os repasses. O que a gente vai fazer é libertá-los para conseguir recursos privados. Outra coisa que vai acontecer é que vai aumentar o grau de transparência. A gente vai atrás das contas e dos números. Tem que prestar contas. Por enquanto, a gente está chamando voluntariamente. Daqui a pouco, a gente vai atrás dos contratos. Tem algumas contas aí que a gente está meio em dúvida para entender. E vamos aguardar.

Não vai haver nenhum tipo de retaliação às universidades que não aderirem ao plano?

De forma alguma. Quem faz retaliação, por incrível que pareça, usa a estrutura para perseguir, não é esse lado. Eu tenho o exemplo pessoal meu, que está bem documentado. Fui retaliado pelo meu posicionamento político. Ao mesmo tempo, depois que eu virei ministro, não houve absolutamente nada contra as pessoas que me perseguiram. Zero.

O MEC tem uma projeção do montante de recursos que pode ser gerado pelo fundo?

Se a gente tiver fracasso —vamos supor, deu errado—, a gente vai ter o pior desempenho que tem lá fora: [vamos ter] R\$ 15 bilhões.

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/07/ministro-da-educacao-abraham-weintraub-discute-com-manifestantes-no-para.shtml>

O bloqueio de 30% seria praticado para a UnB, Ufba e UFF. O ministro indicou, em entrevista ao jornal O Estado de S.Paulo, que se tratava de uma retaliação a atividades políticas ocorridas dentro dessas unidades, o que ele havia chamado de "balbúrdia", e ao que considerou como fraco rendimento acadêmico.

"A universidade deve estar com sobra de dinheiro para fazer bagunça e evento ridículo", disse ele, dando como exemplo de bagunça a presença de sem-terra e "gente pelada" dentro do campus. "A lição de casa precisa estar feita: publicação científica, avaliações em dia, estar bem no ranking", completou.

Para sustentar a argumentação de que o governo não está fazendo corte, mas contingenciando os recursos, ele reservou parte dos chocolates e disse que eles devem ser guardados para serem comidos depois.

"A gente não está falando pra pessoa que a gente vai cortar. Não está cortado. Deixa pra comer depois de setembro. É só isso que a gente está pedindo. Isso é segurar um pouco. Agora eu me pergunto, senhor presidente, o senhor já passou por uma situação dessa? Um imprevisto, uma dificuldade na vida, e falou assim: segura um pouco. Se alguém falasse assim, três chokolatinhos e meio, 3,5% dos 100, 3,5% segura, porque o salário está integralmente preservado e pago no dia. A gente tem todo auxílio aos alunos pago, e agora ficam espalhando que a gente está fechando tudo", disse.

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/07/mec-elaborou-plano-para-universidades-sem-consultar-reitores-diz-associacao.shtml>

Mais cedo, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, disse que o programa não se ajustaria a cada instituição. "Ou adere a tudo ou a nada", informou.

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/07/mec-propoe-usar-lei-rouanet-para-ajudar-a-custear-universidades-federais.shtml>

Ao resumir a proposta, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, disse que haverá quatro meios para obter recursos: "patrocínio, patrocinador, aluguel e parceria".

Segundo ele, os recursos devem ser geridos por meio de um "fundo soberano do conhecimento". O capital privado, além do investimento direto em cada instituição, poderia entrar nesse fundo, de onde seria redistribuído às universidades.

O ministro completa: "Não é só montar uma empresa. O professor que publicar em revista boa também vai ser premiado pelo fundo", disse.

Segundo Weintraub, ao menos 20 reitores das universidades já aderiram "de boca" ao projeto. Ele nega que o programa leve à possibilidade de cobrança na mensalidade dos alunos.

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/07/apos-rumor-se-espalhar-ministro-diz-que-nao-havera-cobranca-na-graduacao.shtml>

Dia 17 apresentaremos a reformulação das univ. federais, que continuarão públicas e os estudantes NÃO pagarão pela graduação/como hoje. Haverá mais liberdade para pesquisa e trabalho!

Não há privatização alguma! Teremos um modelo moderno, que nos aproximará da Europa, Canadá, Israel, Austrália, EUA, etc. A adesão das universidades será voluntária, permitindo separar o joio do trigo...as que quiserem ficar no atual modelo, poderão ficar...

A graduação não será paga pelos alunos das federais. Manteremos a situação atual (pagadores de impostos), porém, a rápida deterioração das contas vista nos últimos anos será interrompida. Há avanços maiores e menos polêmicos que serão apresentados dia 17...não percam...

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/06/filosofia-e-sociologia-sao-pilares-em-academia-onde-bolsonaro-estudou.shtml>

Ele corroborava a posição do seu ministro da Educação, Abraham Weintraub, para quem é importante ensinar um ofício que "gere renda para a pessoa, bem-estar para a família, que melhore a sociedade em volta dela". No fim, bloqueios atingiram o orçamento de todas as universidades federais, sem distinção.

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/05/mec-diz-que-professores-alunos-e-pais-nao-podem-divulgar-protestos.shtml>

Na véspera dos protestos, em vídeo divulgado em suas redes sociais, o ministro Abraham Weintraub havia dito que há "coação" por parte de professores pela participação dos estudantes nos atos.

"Estamos recebendo aqui no MEC [Ministério da Educação] cartas e mensagens de muitos pais de alunos citando explicitamente que alguns professores, funcionários públicos, estão coagindo os alunos e que serão punidos de alguma forma caso eles não participem das manifestações", disse o ministro.

"O MEC está fazendo um esforço muito grande para que o ambiente escolar não seja prejudicado por uma guerra ideológica que prejudica o aprendizado dos alunos", afirmou Weintraub.

Os procuradores que assinam a ação ressaltaram entre as muitas declarações de Weintraub, uma dada em entrevista no dia 30 de abril, quando ele disse que "universidades que, em vez de procurar melhorar o desempenho acadêmico, estiverem fazendo balbúrdia terão verbas reduzidas".

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/05/governo-decide-repor-21-da-verba-cortada-na-educacao.shtml>

Nesta quarta (22), em audiência na Câmara dos Deputados, o ministro da Educação falou sobre os cortes na pasta e voltou a defender maior incentivo à produção científica de algumas áreas, como medicina e odontologia, em detrimento de outras, como as ciências humanas.

Afirmou, sem detalhar, que estuda apresentar até o fim do mês medidas em apoio às universidades, como incubadoras de empresas nas instituições e fundos imobiliários.

Para ele, há pessoas que impedem a produção na academia. "Tem gente que quer produzir, quer trabalhar e não consegue. Não é 100% de anjo que está nas universidades", disse.

"Optei por dar aula em uma universidade federal, não para playboy, me identifico com o povo. Tem gente de partido da oposição que dá aula em universidade de rico. Prefiro estar com o povo com quem me identifico, com o povo moreno como eu, que sou moreno também."

Ele ainda se manifestou contra a cobrança de mensalidade na graduação, apoiada recentemente pelo governador da Bahia, Rui Costa (PT), mas defendeu que isso ocorra em parte da pós-graduação.

"Cobrar dos alunos de graduação eu sou contra, porque é uma discussão que vai ser muito acalorada e a gente vai gastar uma energia gigantesca para poucos alunos que são de famílias ricas, mas que às vezes é de família rica e tem pai desnaturado", disse.

"Mas eu acho que, se a gente focar na cobrança de pós-graduação, você não tem que discordar. Está lá o bonitão com o diploma de advogado querendo fazer o mestrado. E aí tem que pensar em pagar."

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/05/ministro-da-educacao-diz-na-camara-que-bloqueio-de-recursos-e-culpa-de-dilma-e-temer.shtml>

Na Câmara, em resposta a questionamento do deputado Orlando Silva (PC do B), Weintraub disse que o atual governo não pode ser responsabilizado pelo cenário atual.

"Nós não somos responsáveis pelo contingenciamento atual, o orçamento atual foi feito pelo governo eleito de Dilma Rousseff e [Michel] Temer, que era vice. Não somos responsáveis pelo desastre da educação, não votamos neles."

Para tentar distensionar o clima, afirmou que o governo pretende direcionar para a educação recursos recuperados após casos de corrupção da Petrobras. "Não ficamos parados, uma parte do dinheiro que foi roubado da Petrobras está sendo recuperado e está entrando de volta. [...] Já pode servir de alívio para os reitores", disse.

Na fala inicial, o ministro manteve o discurso crítico às universidades, dizendo que elas não podem continuar como "torres de marfim" e que precisam conversar mais com a sociedade. "Não estou querendo diminuir o ensino superior. O que quero é cumprir o plano de governo que é dar prioridade para a educação básica", afirmou Weintraub.

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/05/em-live-com-bolsonaro-weintraub-explica-cortes-da-educacao-com-chocolatinhos.shtml>

Para sustentar a argumentação de que o governo não está fazendo corte, mas contingenciando os recursos, ele reserva parte dos chocolates e diz que eles devem ser guardados para serem comidos depois.

"A gente não está falando pra pessoa que a gente vai cortar. Não está cortado. Deixa pra comer depois de setembro. É só isso que a gente está pedindo. Isso é segurar um pouco. Agora eu me pergunto, senhor presidente, o senhor já passou por uma situação dessa? Um imprevisto, uma dificuldade na vida, e falou assim: segura um pouco. Se alguém falasse assim, três chocolatinhos e meio, 3,5% dos 100, 3,5% segura, porque o salário está integralmente preservado e pago no dia. A gente tem todo auxílio aos alunos pago, e agora ficam espalhando que a gente está fechando tudo", disse.

Ele diz que o corte foi feito por decisão do Ministério da Economia, que exigiu uma contenção das despesas de todas as pastas do governo, justificando as dificuldades da economia brasileira.

"O Paulo Guedes [ministro da Economia] teve que fazer isso porque a lei manda a gente contingenciar, segurar um pouco, não cortar. Segurar um pouco os gastos, não só no Ministério da Educação, que eu sou responsável, mas em todos os ministérios a gente está segurando um pouco pra cumprir a lei, e não terminar que nem o governo anterior, que gastou mais, descumpriu a lei e gerou inflação", afirmou.

"Nesse momento, que está todo mundo segurando, apertando o cinto, a gente não está mandando ninguém embora. Todos os salários estão preservados. Se fosse numa empresa, é difícil numa empresa, numa padaria, a gente às vezes tem que mandar gente embora numa situação dessa. Ninguém está sendo mandado embora, todo mundo está recebendo em dia, professor, técnico, todo mundo", afirmou.

Weintraub disse ainda que o governo está recebendo os reitores das universidades para tirar dúvidas.

"A gente está recebendo todos os reitores. Todos os reitores que quiserem conversar com a gente para discutir um projeto específico que eles não tenham verba. Se quiser vir conversar, mostrar os números, ou se quiser fazer isso no Congresso, a gente está sempre disposto ao diálogo", afirmou.

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/05/bolsonaro-diz-que-corta-em-recursos-da-educacao-nao-e-feito-por-maldade.shtml>

O ministro condicionou a aprovação da reforma da Previdência, em discussão na Câmara, para que o governo tenha mais dinheiro para investir na área.

"Guilherme, deixa eu te explicar o que está acontecendo, o Brasil estava num momento muito difícil, Guilherme. A gente estava afundando e o Brasil parou de afundar, mas o Brasil ainda não decolou. O fato de a gente ter parado de afundar permite a gente a fazer pequenos investimentos como esse [satélites para garantir internet nas escolas], mas para a gente decolar tem um projeto que está na Câmara que chama Nova Previdência", afirmou.

"O presidente estava comentando é que as vezes na nossa casa, com o papai e a mamãe, acontece um imprevisto e às vezes a gente tem que segurar um pouco para trocar uma louça de casa para comprar um fogão novo. E é essa situação que a gente está passando agora, a gente está segurando 5%, a gente não está cortando, a gente está esperando para comprar aquele fogão novo no segundo semestre", afirmou. Ele admitiu que nesse momento o governo não consegue "entregar tudo que a gente gostaria", mas promete entregar a melhor educação básica que o Brasil já teve.

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/05/estudantes-protestam-em-salvador-contras-cortes-nas-universidades-federais.shtml>

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, havia indicado que se tratava de uma retaliação a atividades políticas ocorridas dentro dessas unidades, o que ele havia chamado de "balbúrdia", e ao que considerou como fraco rendimento acadêmico.

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/05/ministro-da-educacao-ironiza-reitores-ao-falar-de-tolerancia-e-pluralidade.shtml>

Após polêmica envolvendo cortes de orçamento no ensino superior federal, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, ironizou nas redes sociais os reitores de universidades federais ao falar de tolerância e pluralidade.

"Para quem conhece universidades federais, perguntar sobre tolerância ou pluralidade aos reitores (ditos) de esquerda faz tanto sentido quanto pedir sugestões sobre doces a diabéticos", escreveu Weintraub no Twitter na manhã desta quarta-feira, dia 1º.

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/04/mec-estende-corte-de-30-de-verbos-a-todas-universidades-federais.shtml>

Mais cedo, o MEC havia confirmado, por meio de nota, que um bloqueio de 30% seria praticado para a UnB, Ufba e UFF. O ministro da Educação, Abraham Weintraub, havia indicado, em entrevista ao jornal O Estado de S.Paulo, que se tratava de uma retaliação a atividades políticas ocorridas dentro dessas unidades, o que ele havia chamado de "balbúrdia", e ao que considerou como fraco rendimento acadêmico.

"A universidade deve estar com sobra de dinheiro para fazer bagunça e evento ridículo", disse ele, dando como exemplo de bagunça a presença de sem-terra e gente pelada dentro do campus. "A lição de casa precisa estar feita: publicação científica, avaliações em dia, estar bem no ranking", completou.

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/04/alvos-de-corte-universidades-federais-deram-salto-de-producao-em-10-anos.shtml>

Por aqui, três universidades federais (UnB, UFBA e UFF) de excelência podem ter cortes de orçamentos porque, de acordo com o ministro da Educação Abraham Weintraub, estariam fazendo "balbúrdia" no lugar de melhorar seu desempenho acadêmico.

O ministro da Educação disse, ainda, que a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) também pode estar no bolo das instituições que terão corte de recursos "por balbúrdia".

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/04/bloqueio-de-verba-de-3-universidades-federais-e-ilegal-e-ignora-desempenho.shtml>

O MEC confirmou o bloqueio nessas universidades mas não disse qual o critério. Weintraub disse ao jornal O Estado de S.Paulo que é uma retaliação a atividades políticas, que classificou de "balbúrdia", "bagunça e evento ridículo". Como exemplo, citou a presença de sem-terra e "gente pelada dentro". Ainda alegou que essas três federais teriam fracos resultados.

### **"Abraham Weintraub" & "Universidade Pública"**

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/04/bolsonaro-propoe-reduzir-verba-para-cursos-de-sociologia-e-filosofia-no-pais.shtml>

Weintraub propôs a contenção de recursos para as duas áreas do conhecimento em uma transmissão ao vivo pelo Facebook de Bolsonaro nesta quinta-feira (25). Ao lado do presidente, Weintraub, disse que "a função do governo é respeitar o dinheiro do pagador de imposto".

"Então, o que a gente tem que ensinar para as crianças, para os jovens? São, primeiro, habilidades, de poder ler, escrever, fazer contas". Para o ministro, também é importante ensinar um ofício que "gere renda para a pessoa, bem-estar para a família, que melhore a sociedade em volta dela".

Sobre a alteração na distribuição de recursos para faculdades de humanas, o ministro citou o Japão como exemplo. "Ele [Japão] está tirando dinheiro público do pagamento de imposto de faculdades que são tidas como para uma pessoa que já é muito rica ou de elite, como filosofia", disse Weintraub.

### **"Jair Bolsonaro" & "Universidades Federais"**

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/12/reitores-eleitos-e-nao-empossados-por-bolsonaro-questionam-mec.shtml>

No último dia 26, em uma live, Bolsonaro disse que não nomeou os mais votados depois de identificar que seriam "militantes".

"Eu não quero interferir politicamente em lugar nenhum, mas o que é comum chegar na minha mesa é a lista tríplice. A gente pesquisa a vida da pessoa, pessoas trazem informações, daí chega a informação: esse cara é do PSOL, esse outro é do PT, esse outro é do PC do B. A gente não deve escolher ninguém por questão ideológica, mas a gente vê que são militantes", disse o presidente.

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/06/na-pandemia-bolsonaro-vai-nomear-reitores-sem-eleicao-nas-universidades.shtml>

Mesmo antes de assumir a presidência, Bolsonaro prometia mudanças nas regras para a escolha de reitores das universidades federais, as quais acusa de ser "aparelhadas". Esta é a segunda MP editada pelo governo federal alterando as regras para a nomeação dos dirigentes.

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/07/governo-corta-repasse-para-educacao-basica-e-esvazia-programas.shtml>

O MEC teve um semestre conturbado, com crises entre as alas militar e ideológica, paralisia e a demissão do então ministro Ricardo Vélez Rodríguez em abril. Abraham Weintraub assumiu o cargo e, diante do contingenciamento na área, fez uma série de críticas às universidades federais, reforçando que a prioridade do governo é o ensino básico.

Em maio, o próprio Bolsonaro disse em entrevista que a etapa educacional seria privilegiada. “A gente não vai cortar recurso por cortar. A ideia é pegar e investir dinheiro na educação básica”, disse.

A primeira ação do governo na educação foi lançar uma nova política de alfabetização. Até agora, porém, só houve publicação de um decreto.

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/07/coisas-absurdas-tem-acontecido-dado-a-autonomia-das-universidades-diz-bolsonaro.shtml>

'Coisas absurdas têm acontecido dada a autonomia das universidades', diz Bolsonaro

Em café da manhã com a bancada evangélica, no Palácio do Planalto, ele afirmou que "coisas absurdas" têm ocorrido nos campi universitários, que viraram, segundo ele, "terras deles".

"Coisas absurdas têm acontecido dada a autonomia das universidades", disse. "Ali virou terras deles, eles que mandam", acrescentou.

O presidente disse ainda que, em algumas listas tríplices, há nomes do PT, do PCdoB e do PSOL e, segundo ele, "não tem como fugir".

"É do PT, do PCdoB ou do PSOL. Agora, o que puder fugir, logicamente pode ter um voto só na eleição, mas estamos optando por essa questão", disse.

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/06/filosofia-e-sociologia-sao-pilares-em-academia-onde-bolsonaro-estudou.shtml>

Há cerca de um mês, Bolsonaro publicou nas redes sociais que estudava descentralizar o investimento em faculdades de filosofia e sociologia, de onde também saem professores da Aman, para “focar em áreas que gerem retorno imediato ao contribuinte, como: veterinária, engenharia e medicina”.

- O Ministro da Educação Abraham Weintraub estuda descentralizar investimento em faculdades de filosofia e sociologia (humanas). Alunos já matriculados não serão afetados. O objetivo é focar em áreas que gerem retorno imediato ao contribuinte, como: veterinária, engenharia e medicina.

- A função do governo é respeitar o dinheiro do pagador de impostos, ensinando para os jovens a leitura, escrita e a fazer conta e depois um ofício que gere renda para a pessoa e bem-estar para a família, que melhore a sociedade em sua volta.

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/05/procuradoria-da-dez-dias-para-mec-cancelar-orientacao-sobre-divulgacao-de-protestos.shtml>

No dia do primeiro ato contra os bloqueios na educação, em 15 de maio, o presidente Jair Bolsonaro (PSL) chamou quem foi às ruas de imbecis e "idiotas úteis" usados como "massa de manobra". Uma semana após a mobilização, o governo repôs parte da verba contingenciada da área.

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/05/mec-diz-que-professores-alunos-e-pais-nao-podem-divulgar-protestos.shtml>

No dia do primeiro ato contra os bloqueios na educação, em 15 de maio, o presidente Jair Bolsonaro chamou quem foi às ruas de imbecis e "idiotas úteis" usados como "massa de manobra". No entanto, uma semana após a mobilização o governo repôs parte da verba contingenciada da área.

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/05/com-menos-mobilizacao-estudantes-voltam-as-ruas-contrabloqueios-na-educacao.shtml>

O presidente chegou a chamar quem foi às ruas no primeiro ato de imbecis e "idiotas úteis" usados como "massa de manobra". Porém, uma semana após a mobilização, repôs parte da verba contingenciada da área.

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/05/manifestantes-vaio-as-ruas-contras-cortes-na-educacao-em-mais-de-150-cidades.shtml>

Bolsonaro afirma que protestos são feitos por 'idiotas úteis' usados como 'massa de manobra'; novo ato ocorre no dia 30

Em dia de protestos contra os cortes na educação, milhares de pessoas saíram às ruas em ao menos 172 cidades, em manifestações que o presidente Jair Bolsonaro afirmou serem feitas por imbecis e "idiotas úteis" usados como "massa de manobra".

Dos Estados Unidos, o presidente afirmou que os estudantes eram "imbecis" que estavam sendo usados. "É natural [que haja protesto], agora a maioria ali é militante, não tem nada na cabeça, se perguntar 7x8 pra ele, não sabe. Se você perguntar a fórmula da água, não sabe, não sabe nada", afirmou. "São uns idiotas úteis, uns imbecis, que estão sendo usados como massa de manobra de uma minoria espertalhona que compõe o núcleo de muitas universidades federais no Brasil."

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/05/advogados-da-oab-fazem-plantao-para-atender-casos-de-violencia-em-protestos.shtml>

"O governo tem agido com agressividade", disse à Folha, minutos após o presidente Jair Bolsonaro chamar os manifestantes de "idiotas úteis", classificando-os como "militantes" e "instrumento político de uma minoria espertalhona que compõe o núcleo das universidades federais".

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/05/bolsonaro-diz-que-corta-em-recursos-da-educacao-nao-e-feito-por-maldade.shtml>

Bolsonaro diz que corte em recursos da Educação não é feito por 'maldade'

O presidente Jair Bolsonaro afirmou nesta quarta-feira (8) que o governo não corta recursos do Ministério da Educação "por maldade" e culpou as gestões anteriores pela dívida do país que, segundo ele, levaram a uma redução de 30% do orçamento da pasta.

"Outros governos contingenciaram, cortaram recursos no linguajar popular. Ninguém vai cortar recursos da educação por maldade, é que nós não temos como pagar as dívidas que o Brasil tem, que são muito grandes, por isso esse contingenciamento", afirmou.

Bolsonaro falou ainda sobre o "momento difícil" do Brasil em relação à economia, culpando gestões anteriores.

"Nós herdamos uma dívida muito grande dos governos anteriores, mas nós faremos o possível para bem atender a educação. Ninguém cortou 30% da educação. Nós estamos pegando recursos de uma área e botando para outra. No caso, mais recurso para educação básica, não é ministro?", questionou o presidente ao ministro Abraham Weintraub (Educação).

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/05/ministro-da-educacao-ironiza-reitores-ao-falar-de-tolerancia-e-pluralidade.shtml>

Na semana passada, o presidente Jair Bolsonaro (PSL) publicou nas redes sociais que o governo reduziria investimentos nas áreas de filosofia e sociologia nas universidades. Bolsonaro retomava a mesma ideia exposta pelo ministro da Educação no dia interior. O objetivo em estudo seria, segundo o presidente, focar em áreas que gerem "retorno imediato ao contribuinte."

Recentemente, Bolsonaro declarou nas redes sociais que "poucas universidades têm pesquisa, e, dessas poucas, a grande parte está na iniciativa privada". O que não é verdade —as universidades públicas concentram praticamente toda produção de pesquisa no país.

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/04/bolsonaro-propoe-cortar-verba-de-cursos-de-humanas-no-pais.shtml>

O presidente falou do assunto na sexta (26) em publicação nas redes sociais, retomando a ideia exposta pelo ministro da Educação, Abraham Weintraub, na quinta (25). Para Bolsonaro, o objetivo em estudo é focar áreas que gerem "retorno imediato ao contribuinte".

"O ministro da Educação, Abraham Weintraub, estuda descentralizar investimento em faculdades de filosofia e sociologia (humanas). Alunos já matriculados não serão afetados", escreveu Bolsonaro.

Recentemente, Bolsonaro declarou nas redes sociais que "poucas universidades têm pesquisa, e, dessas poucas, a grande parte está na iniciativa privada", o que não é verdade.

## "Jair Bolsonaro" & "Universidade Pública"

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/04/bolsonaro-propoe-reduzir-verba-para-cursos-de-sociologia-e-filosofia-no-pais.shtml>

Nesta sexta, o presidente voltou ao assunto na mesma rede social e reforçou a ideia de Weintraub. Para Bolsonaro, o objetivo da proposta em estudo é “focar em áreas que gerem retorno imediato ao contribuinte.”

- O Ministro da Educação Abraham Weintraub estuda descentralizar investimento em faculdades de filosofia e sociologia (humanas). Alunos já matriculados não serão afetados. O objetivo é focar em áreas que gerem retorno imediato ao contribuinte, como: veterinária, engenharia e medicina.

- A função do governo é respeitar o dinheiro do pagador de impostos, ensinando para os jovens a leitura, escrita e a fazer conta e depois um ofício que gere renda para a pessoa e bem-estar para a família, que melhore a sociedade em sua volta.

Segundo Bolsonaro, as áreas mais competitivas são aquelas ligadas à "medicina veterinária, engenharia e medicina". O presidente e nem o ministro detalharam como a proposta será posta em prática.

Bolsonaro só disse apenas que os alunos já matriculados em filosofia e sociologia “não serão afetados”. Segundo o presidente, a função do governo “é respeitar o dinheiro do pagador de impostos, ensinando para os jovens a leitura, escrita e a fazer conta e depois um ofício que gere renda para a pessoa e bem-estar para a família, que melhore a sociedade em sua volta”, escreveu no Facebook.

Essa não é a primeira polêmica do presidente envolvendo o ensino superior. Recentemente, Bolsonaro declarou nas redes sociais que “poucas universidades têm pesquisa, e, dessas poucas, a grande parte está na iniciativa privada, como a Mackenzie em São Paulo”.

## Apêndice 2: Quadro 4 – Resultado da Análise de Conteúdo da Pesquisa

Dimensões	Categorias	Unidade de Registro	Unidade de Contexto	Ator	Data da matéria
Autonomia universitária	Escolha de Reitor	5	“não precisa ser bolsonarista, mas não pode ser esquerdista, não pode ser lulista”	Milton Ribeiro	10 ago. 2021
			"foi criada uma falácia de que as universidades federais precisam ter autonomia"	Abraham Weintraub	05 dez. 2019
			“Eu não quero interferir politicamente em lugar nenhum, mas o que é comum chegar na minha mesa é a lista tríplice. A gente pesquisa a vida da pessoa, pessoas trazem informações, daí chega a informação: esse cara é do PSOL, esse outro é do PT, esse outro é do PC do B. A gente não deve escolher ninguém por questão ideológica, mas a gente vê que são militantes”	Jair Bolsonaro	11 jun. 2019
			"É do PT, do PCdoB ou do PSOL. Agora, o que puder fugir, logicamente pode ter um voto só na eleição, mas estamos optando por essa questão"	Jair Bolsonaro	11 jun. 2019
			"Coisas absurdas têm acontecido dada a autonomia das universidades"	Jair Bolsonaro	07 dez. 2020
Ideologias presente na Universidade	Ideologia política partidária	5	“As universidades federais não podem se tornar um comitê político do partido A, nem de direita, mas muito menos de esquerda”	Milton Ribeiro	10 ago. 2021
			“uma máquina, um mecanismo, a serviço de movimentos políticos”	Abraham Weintraub	24 nov. 2019
			"Ali virou terras deles, eles que mandam"	Jair Bolsonaro	11 jul. 2019
			"aparelhadas”	Jair Bolsonaro	10 jun. 2020
Estudantes universitários	Atributos negativos	2	"É natural, agora a maioria ali é militante, não tem nada na cabeça, se perguntar 7x8 pra ele, não sabe. Se você perguntar a fórmula da água, não sabe, não sabe nada"	Jair Bolsonaro	15 mai. 2019
			"São uns idiotas úteis, uns imbecis, que estão sendo usados como massa de manobra de uma minoria espertalhona que compõe o núcleo de muitas universidades federais no Brasil".	Jair Bolsonaro	15 mai. 2019
	Representantes da elite	3	“ficar reservadas para uma elite intelectual”	Ricardo Velez	10 ago. 2021
			“universidade na verdade deveria ser para poucos nesse sentido de ser útil à sociedade”	Milton Ribeiro	10 ago. 2021

			"O que também eu acho justo, considerando que os pais desses meninos tidos como filhinhos de papai são aqueles que pagam os impostos no Brasil que sustentam bem ou mal a universidade pública"	Milton Ribeiro	10 ago. 2021
Perspectiva econômica sobre a universidade pública	Repasses	13	"a função do governo é respeitar o dinheiro do pagador de imposto"	Abraham Weintraub	26 abr. 2019
			"Ele [Japão] está tirando dinheiro público do pagamento de imposto de faculdades que são tidas como para uma pessoa que já é muito rica ou de elite, como filosofia"	Abraham Weintraub	26 abr. 2019
			"O fato de a gente ter parado de afundar permite a gente a fazer pequenos investimentos como esse [satélites para garantir internet nas escolas], mas para a gente decolar tem um projeto que está na Câmara que chama Nova Previdência"	Abraham Weintraub	08 mai. 2019
			"O presidente estava comentando é que as vezes na nossa casa, com o papai e a mamãe, acontece um imprevisto e às vezes a gente tem que segurar um pouco para trocar uma louça de casa para comprar um fogão novo. E é essa situação que a gente está passando agora, a gente está segurando 5%, a gente não está cortando, a gente está esperando para comprar aquele fogão novo no segundo semestre"	Abraham Weintraub	08 mai. 2019
			"A gente não está falando pra pessoa que a gente vai cortar. Não está cortado. Deixa pra comer depois de setembro. É só isso que a gente está pedindo. Isso é segurar um pouco. Agora eu me pergunto, senhor presidente, o senhor já passou por uma situação dessa? Um imprevisto, uma dificuldade na vida, e falou assim: segura um pouco. Se alguém falasse assim, três chocolatinhos e meio, 3,5% dos 100, 3,5% segura, porque o salário está integralmente preservado e pago no dia. A gente tem todo auxílio aos alunos pago, e agora ficam espalhando que a gente está fechando tudo"	Abraham Weintraub	09 mai. 2019
			"O Paulo Guedes [ministro da Economia] teve que fazer isso porque a lei manda a gente contingenciar, segurar um pouco, não cortar. Segurar um pouco os gastos, não só no Ministério da Educação, que eu sou responsável, mas em todos os ministérios a gente está segurando um pouco pra cumprir a lei, e não terminar que nem o governo anterior, que gastou mais, descumpriu a lei e gerou inflação"	Abraham Weintraub	09 mai. 2019
			"Nesse momento, que está todo mundo segurando, apertando o cinto, a gente não está mandando ninguém embora. Todos os salários estão preservados. Se fosse numa empresa, é difícil numa empresa, numa padaria, a gente às vezes tem que mandar gente embora numa situação dessa. Ninguém está sendo mandado embora, todo mundo está recebendo em dia, professor, técnico, todo mundo"	Abraham Weintraub	09 mai. 2019
			"Nós não somos responsáveis pelo contingenciamento atual, o orçamento atual foi feito pelo governo eleito de Dilma Rousseff e [Michel] Temer, que era vice. Não somos responsáveis pelo desastre da educação, não votamos neles"	Abraham Weintraub	15 mai. 2019

			"Não ficamos parados, uma parte do dinheiro que foi roubado da Petrobras está sendo recuperado e está entrando de volta. [...] Já pode servir de alívio para os reitores"	Abraham Weintraub	15 mai. 2019
			"Outros governos contingenciaram, cortaram recursos no linguajar popular. Ninguém vai cortar recursos da educação por maldade, é que nós não temos como pagar as dívidas que o Brasil tem, que são muito grandes, por isso esse contingenciamento"	Jair Bolsonaro	08 mai. 2019
			"O Ministro da Educação Abraham Weintraub estuda descentralizar investimento em faculdades de filosofia e sociologia (humanas). Alunos já matriculados não serão afetados. O objetivo é focar em áreas que gerem retorno imediato ao contribuinte, como: veterinária, engenharia e medicina"	Jair Bolsonaro	02 jul. 2019
			"A função do governo é respeitar o dinheiro do pagador de impostos, ensinando para os jovens a leitura, escrita e a fazer conta e depois um ofício que gere renda para a pessoa e bem-estar para a família, que melhore a sociedade em sua volta"	Jair Bolsonaro	02 jul. 2019
			"A gente não vai cortar recurso por cortar. A ideia é pegar e investir dinheiro na educação básica"	Jair Bolsonaro	15 jul. 2019
	Universidade paga	5	"Cobrar dos alunos de graduação eu sou contra, porque é uma discussão que vai ser muito acalorada e a gente vai gastar uma energia gigantesca para poucos alunos que são de famílias ricas, mas que às vezes é de família rica e tem pai desnaturado"	Abraham Weintraub	22 mai. 2019
			"Mas eu acho que, se a gente focar na cobrança de pós-graduação, você não tem que discordar. Está lá o bonitão com o diploma de advogado querendo fazer o mestrado. E aí tem que pensar em pagar".	Abraham Weintraub	22 mai. 2019
			"Dia dezessete apresentaremos a reformulação das univ. federais, que continuarão públicas e os estudantes não pagarão pela graduação/como hoje. Haverá mais liberdade para pesquisa e trabalho!"	Abraham Weintraub	02 jun. 2019
			"A graduação não será paga pelos alunos das federais. Manteremos a situação atual (pagadores de impostos), porém, a rápida deterioração das contas vista nos últimos anos será interrompida. Há avanços maiores e menos polêmicos que serão apresentados dia 17...não percam... "	Abraham Weintraub	14 jul. 2019
			Na pós-graduação, pode. Hoje, você já pode. Hoje, a legislação de governos passados já permite a cobrança de pós-graduação para mestrados. Só que não sai do papel, porque o dinheiro entra e fica preso no Tesouro Nacional. Então você não tem um estímulo para o pessoal se mexer e correr atrás. E a gente quer quebrar isso através das OSs, permitindo que o dinheiro vá direto para quem gerar a receita e uma parte fica para a universidade.	Abraham Weintraub	23 jul. 2019
		4	"Se o país proíbe o consumo de drogas, a universidade não pode ser área livre para consumo de drogas".	Abraham Weintraub	23 jul. 2019

Estigma	Drogas		“Você tem plantações extensivas, e não três pés de maconha, mas plantações extensivas de maconha em algumas universidades. A ponto de ter borrifador de agrotóxico. Porque orgânico é bom contra a soja, para não ter agroindústria no Brasil, e para a maconha deles querem tudo que é tecnologia à disposição”	Abraham Weintraub	24 nov. 2019	
			"as plantações de maconha são reflexo de um consumo desenfreado nas universidades"	Abraham Weintraub	11 dez. 2019	
			"O problema não é plantaçoão em si, é o que ela reflete. O que eu quero para meus filhos é um ambiente seguro"	Abraham Weintraub	11 dez. 2019	
	Desordem	4		"A universidade deve estar com sobra de dinheiro para fazer bagunça e evento ridículo”	Abraham Weintraub	30 abr. 2019
				"gente pelada dentro"	Abraham Weintraub	30 abr. 2019
				"universidades que, em vez de procurar melhorar o desempenho acadêmico, estiverem fazendo balbúrdia terão verbas reduzidas"	Abraham Weintraub	30 mai. 2019
				"Tudo pichado, tudo sujo"	Abraham Weintraub	11 dez. 2019
	Improdutividade	5		"A lição de casa precisa estar feita: publicação científica, avaliações em dia, estar bem no ranking"	Abraham Weintraub	30 abr. 2019
				“Tem gente que quer produzir, quer trabalhar e não consegue. Não é 100% de anjo que está nas universidades”	Abraham Weintraub	22 mai. 2019
				“Na geração de conhecimento científico, é outra mentira que nós estamos no topo. É mentira isso. Nós estamos em 14º no mundo na produção física de papel acadêmico. Mas, quando a gente vê e pondera pela qualidade, isto é, em número de citações, a gente está em 78º dos 90 países do mundo que fazem a análise”	Abraham Weintraub	23 jul. 2019
				“Produção acadêmica que presta. Veja, a produção acadêmica tem que ter alguma citação, tem que ter alguma consequência, não só o papel escrito e timbrado. O paper tem que ser publicado em uma revista ranqueada, não pode ser em uma revista desprestigiada”	Abraham Weintraub	23 jul. 2019
				“poucas universidades têm pesquisa, e, dessas poucas, a grande parte está na iniciativa privada, como a Mackenzie em São Paulo”	Jair Bolsonaro	26 abr. 2019